



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Abner Eutéquio Benício da Silva

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA GUINÉ-BISSAU:
DIAGNÓSTICO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

Florianópolis

2016

Abner Eutéquio Benício da Silva

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA GUINÉ-BISSAU:
DIAGNÓSTICO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina Estágio Supervisionado – CAD 5236, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Área de concentração: Terceiro Setor, Avaliação, ONGs

Orientador: Prof^o. Dr. Irineu Manoel de Souza

Florianópolis

2016

Abner Eutéquio Benício da Silva

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA GUINÉ-BISSAU:
DIAGNÓSTICO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria de Estágios e Monografias do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de Junho de 2016.

Prof^a. Evelize Welzel Dr^a.
Coordenadora de Monografias

Professores Avaliadores:

Prof. Irineu Manoel de Souza, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Taisa Dias, Dra.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Sérgio Luis Boeira, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho ao meu pai e filho, Boaventura Eutéquio da Silva e Khalid Benício, às mães, Páscoa Maria Benício e Vanusa Ribeiro, aos meus irmãos e à família FS.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento é um ato de reconhecimento proporcionado por algo ou alguém e numa pesquisa acadêmica é o reconhecimento de todos envolvidos para materialização do trabalho realizado, à vista disso, deixo meus agradecimentos abaixo para as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para realização do meu trabalho de conclusão de curso.

A meus pais Boaventura Eutéquio da Silva e Páscoa Maria Benício da Silva que sempre me apoiaram e encorajaram, em especial ao longo da minha vida acadêmica e claro, pela sólida educação dada.

A meus irmãos/as e Vanusa Ribeiro da Graça que desempenharam uma função importante nessa longa caminhada ao serem meus orientadores, consultores, conselheiros e não menos importante meus fieis parceiros.

Ao meu orientador Prof^o. Dr^o Irineu Manoel de Souza pela orientação, dedicação, disponibilidade e acima de tudo pela bravura em embarcar nessa aventura (TCC), pois apesar das imensas complexidades encontradas pelo caminho conseguimos chegar na reta final.

Sem esquecer a equipe da UE-PAANE, em especial a Sónia Sanchez pelo apoio, sugestão e orientação oferecido em Bissau que facilitou o contato com as organizações não governamentais para levantamentos dos dados para a pesquisa. Ainda em Bissau agradeço o Suleimane Djálo do 10^o CAON FED que facilitou o contato com a UE-PAANE.

Não posso deixar de agradecer às ONGs PLAN INTERNACIONAL, ADPP, EDEC e PCI, em especial a Hélder Baticam, Seco Djassi, Justino Gomes, Iria Bello, Buon e Dr^o Bruno Ferreira pela disponibilidade de tempo e saliento que sem a vossa colaboração não seria possível realizar este trabalho.

À equipe Qisat meu muito obrigado, em especial a Stella Maris Maciel Sebastião, Elio Quaresma Neto e Michelle Frota Almeida pelo apoio e contribuição, pois estiveram de braços abertos nos momentos cruciais da pesquisa.

Finalmente, agradeço à todos que de forma indireta contribuíram para realização deste trabalho de conclusão de curso, em especial a família Taschner Amaral, Associação dos Estudantes Guineenses no Estado de Santa Catarina, Comunidade Africana em Florianópolis e a família FS.

A formiga não anda de pressa, mas chega ao seu destino.

Anônimo

RESUMO

Ao longo da história da Guiné-Bissau, as organizações não governamentais vêm desempenhando um papel fundamental na sociedade, ajustando as desigualdades econômicas e sociais existentes, bem como fomentar o processo de solidificação da paz e democracia, e na luta pelos direitos humanos. À vista disso, o presente trabalho tem como objetivo principal, compreender como as organizações não governamentais avaliam os projetos sociais na área da Educação na Guiné-Bissau no sentido de fomentar debate técnico no que tange à avaliação e incentivara produção de estudos na área, contanto que, no mundo contemporâneo avaliação de projetos sociais é considerado uma ferramenta estratégica quando é aplicado forma sistemática e contínua, além de ser rotulado como um imperativo ético. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa pois a pesquisa busca descrever o processo de avaliação de projetos sociais e OS procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica com a intenção de inteirar-se sobre o assunto e trabalhos relacionados ao tema e o método estudo de caso para constatação de como ocorre avaliação em algumas organizações na Guiné-Bissau. Os resultados da pesquisa indicaram que as ONGs diagnosticadas estão cientes da importância da avaliação de projetos sociais, porém, nem todas fazem o uso dela ao nível mais alto (estratégico). Avaliação de projetos sociais na Guiné-Bissau encontra-se no estado de amnésia na maioria das organizações, fato que se justifica em partes pela constante instabilidade política e déficit de gestão estagnando o amadurecimento institucional, impedindo eficácia nas suas intervenções. A peculiaridade deste diagnóstico destaca-se no fato dele proporcionar informações qualitativas e quantitativas referente a avaliação e características das ONGs pesquisadas, entre elas: PLAN, ADPP, EDEC e PCI, além de apresentar o percurso histórico das organizações não governamentais na Guiné-Bissau em formato diacrônico, portanto, espera-se seguidamente estimular o interesse acadêmico sobre o tema.

Palavras-chave: Avaliação de Organizações não Governamentais. Guiné-Bissau. Projetos Sociais

ABSTRACT

Throughout the history of Guinea-Bissau, non-governmental organizations have played a key role in society, adjusting the existing economic and social inequalities, and promote the process of solidification of peace and democracy, and the struggle for human rights. In view of this, this study aims to understand how non-governmental organizations evaluate the social projects in the field of Education in Guinea-Bissau in order to stimulate technical discussion regarding the assessment and encourage the production of studies in the area, provided that, in the contemporary world the evaluation of social projects is considered a strategic tool when applied systematically and continuously, and is labeled as an ethical imperative. This is a descriptive qualitative research because the research is to describe the process of evaluation of social projects and used technical procedures were the literature with the intention to find out about it and work related to the theme and the study method case for observation as is evaluation in some organizations in Guinea-Bissau. The results indicated that diagnosed NGOs are aware of the importance of evaluation of social projects, but not everyone make use of it at the highest level (strategic). Social evaluation of projects in Guinea-Bissau is in the state of amnesia in most organizations, which is justified in part by the constant political instability and management deficit stagnating institutional maturation, preventing effective in its interventions. The peculiarity of this diagnosis stands in the fact that it provides qualitative and quantitative information regarding assessment and characteristics of the surveyed NGOs, including: PLAN, ADPP, EDEC and PCI, in addition to presenting the historical background of non-governmental organizations in Guinea-Bissau in diachronic format therefore expected to then stimulate the academic interest in the subject.

Keywords: Non-Governmental Organizations Evaluation. Guinea Bissau. Social Project

LISTA DE FIGURA

Figura 01: Mapa detalhado da Guiné-Bissau.....	17
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: É uma organização nacional ou internacional.....	49
Gráfico 02: Área Geográfica de Intervenção.....	49
Gráfico 03: Temáticas Prioritárias de Intervenção.....	50
Gráfico 04: Canais de Captação de Recursos.....	50
Gráfico 05: Público Alvo da Organização.....	51
Gráfico 06: Principais Parceiros de Ação.....	51
Gráfico 07: De modo geral, quais os principais desafios que a organização enfrenta.....	52
Gráfico 08: Principais dificuldades encontradas na implementação dos projetos.....	53
Gráfico 09: Em que áreas de formação a ONG gostaria de ser capacitada.....	53
Gráfico 10: Postura da ONG em relação à avaliação.....	54
Gráfico 11: Quem avalia os projetos da organização.....	54
Gráfico 12: Recursos utilizados para financiamento da avaliação.....	55
Gráfico 13: Momentos que a organização participou no processo de avaliação.....	55
Gráfico 14: Desafios enfrentados nas avaliações dos projetos.....	56
Gráfico 15: Qual utilidade da avaliação dos projetos.....	56
Gráfico 16: Olhar da organização em relação avaliação dos projetos.....	57
Gráfico 17: Por quais razões a organização não realiza avaliação dos projetos.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Percurso Histórico das ONGs na Guiné-Bissau.....	44
Tabela 02: Informações adicionais levantadas no questionário.....	48

GLOSSÁRIO

AD – Acção para o Desenvolvimento

ADPP – Associação de Ajuda e Apoio de Povo para Povo

AEO – *African Economic Outlook*

ALTERNAG – Associação Guineense de Estudos e Alternativas

AMIC – Associação dos Amigos das Crianças

DENARP – Documento Estratégico Nacional de Redução da Pobreza

EDEC – Estrutura para o Desenvolvimento da Educação Comunitária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IC – Igreja Católica

IDH – Índices de Desenvolvimento Humano

IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MEPIR – Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional

OECD - *Organisation for Economic Co-operation and Development*

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações Não Governamentais

ONGD – Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organizações da Sociedade Civil

OSM – Organizações Sociais de Massa

OTS – Organizações do Terceiro Setor

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCI – Paramédicos de Catástrofe Internacional

PIB – Produto Interno Bruto

PLACON-GB – Plataforma de Concertação Nacional das ONGs

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODEC – Promoção e Desenvolvimento do Ensino Comunitário

RADI – *Reseau Africaine pour le Developpement Integre*

SNV – Organização Holandesa para o Desenvolvimento

SOLIDAMI – Instituto de Solidariedade e Amizade

UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais da União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Objetivos.....	18
1.2. Justificativas.....	18
1.3. Estrutura da monografia.....	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1. Abordagem Conceptual: Terceiro Setor.....	23
2.2. Abordagem Conceptual: ONG.....	25
2.3. Papel das ONGs na sociedade.....	27
2.4. Abordagem Conceptual: Avaliação.....	30
2.5. Tipos de avaliação.....	33
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	36
3.1. A Metodologia.....	36
3.2. Público-alvo.....	39
3.3. Limites do diagnóstico.....	39
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	40
4.1. Breve percurso histórico das organizações não governamentais na Guiné-Bissau.....	40
4.2. Análise das ONGs da Guiné-Bissau que integraram na pesquisa.....	45
4.2.1. PLAN INTERNATIONAL	45
4.2.2. ADPP	46
4.2.3. PCI	47
4.2.4. EDEC	47
4.3. A metodologia de avaliação dos projetos sociais adotados pelas ONGs pesquisadas.....	49
4.4. Achados da pesquisa.....	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
APÊNDICE A – Questionário Aplicado	69
ANEXO A – Decreto-Lei	81

1 INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau é um país de pequena dimensão geográfica com cerca de 36.125 km² localizado na costa ocidental da África fazendo fronteira com a República do Senegal ao Norte e com República de Guiné-Conakry ao Sul e Leste. No Oeste possui parte insular com conjunto de ínsulas que formam o Arquipélago dos Bijagós composto entre 88 ilhas e ilhéus que insurgem na plataforma marítima da Guiné-Bissau, conforme mostra figura 01 na página 17.

Segundo Censo 2016 feito pelo Banco Mundial, a população ronda 1.844 milhões de habitantes, formando um conjunto de etnias, entre elas: Mandiga, Mancanhe, Bijagó, entre outras. As religiões predominantes são o animismo, o islamismo e católico, segundo Brito (2007, p. 19), “do ponto de vista das crenças e das práticas religiosas que lhes estão associadas, a maioria da população guineense é muçulmana, evidenciando-se as práticas animistas, sendo a religião católica claramente minoritária, apesar de nos últimos anos terem proliferado pequenas igrejas”.

A economia da Guiné-Bissau, não obstante da vasta potencialidade, é pouco explorada. Santos e Altair (2010, p. 8) “a Guiné-Bissau tem excelentes condições para o desenvolvimento da agricultura, das pescas e do turismo, bem como um elevado potencial para exploração de recursos minerais, exploração que representa simultaneamente um risco e uma oportunidade”, entretanto, o cenário económico é lesado pela anémica diversificação da economia, à vista da carência de recursos financeiros e humanos, e constantes crises político-militar.

O setor agrícola, pesca e pecuária constituem o setor primário, são principais fontes de receita para o Estado e de rendimento para sociedade, salienta Arvanitis (2014, p. 3) “a Guiné-Bissau é um país predominantemente rural, onde a agricultura, a silvicultura, as pescas e a pecuária representaram 49.1% do PIB em 2013”.

Outro aspecto é comentado por Said e Abreu (2011, p. 5), “o sector agrícola, em particular a produção e exportação de castanha de caju, tem um papel central nas estratégias de subsistência da população, na estrutura das exportações e enquanto determinante do crescimento económico”.

Segundo Arvanitis (2014) o setor secundário na Guiné-Bissau constituído por setor de água e eletricidade, agroindústria, construção, recursos minerais, apresentam várias fragilidades, estas que se justificam pela ausência de organização no setor, recursos financeiros escassos e clima sociopolítico turbulento, além disso, risco país¹ impede o investimento privado.

¹Risco país é um índice que mede o grau de risco que um determinado país representa para um investidor estrangeiro

A despeito do setor de mineração que compõe o setor secundário, este apresenta boas perspectivas econômicas, porém, estão nas primeiras fases de prospecção geofísica sendo necessário um clima sociopolítico favorável para aceleração do processo de exploração, segundo Arvanitis (2014, p. 4) “de 1997 até hoje, os esforços do governo para a assinatura de contratos de concessão ou arrendamento para as operações de exploração, ainda não tiveram mudanças significativas devido em parte à turbulência sociopolítica do país”.

Setor turístico apresenta mesma situação com os demais, ótimas potencialidades, no entanto pouco explorado. Não obstante da pouca representatividade no setor terciário da economia, a Guiné-Bissau possui mais esplêndidas paisagens e reservas naturais situadas no Arquipélago dos Bijagós, salienta Polet (2011, p. 25) “o rótulo de “Reserva de Biosfera” atribuído pela UNESCO constitui também, um forte fator de atração para o ecoturismo, em geral e para o turismo dos parques naturais, em particular, uma categoria de turismo em plena expansão à escala mundial”.

Assim sendo, Guiné-Bissau tem à disposição quatro setores chaves que podem mudar presente quadro econômico, entre eles, agricultura, recursos mineiros e petrolíferos, pesca e turismo, entretanto, as constantes instabilidades políticas, frágil capacidade de investimento e carência de recursos humanos qualificados não permitem criar condições, estruturas propícias e sustentáveis que fomentem a diversificação econômica.

O país apresenta múltiplos enigmas socioeconômicos, ocupa 176º lugar no IDH², sistema de educação e saúde precário, graves problemas com redução da pobreza, altas taxas de desemprego, baixa expectativa de vida no país, Silva Filho et al. (2015, p. 4) comenta que “a Guiné-Bissau é um dos países mais frágeis do mundo. Subjacente à sua fragilidade há uma história de instabilidade política crônica na sua forma mais extrema: quebras recorrentes da ordem constitucional através de golpes de Estado”, Arvanitis (2014, p. 2) ainda a despeito do estado social, salienta que “a situação social continua precária, com um dos mais baixos resultados nos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH). Dada a fragilidade e fraqueza dos recursos do Estado, os serviços no domínio da saúde estão longe de satisfazer as necessidades”.

*Organisation for Economic Co-operation and Development*³ destaca

O Estado guineense apresenta características de fragilidade que estão devidamente identificadas ao nível interno e que incluem, nomeadamente: a

²Índice de Desenvolvimento Humano

³OCDE (2011), Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau, OECD Publishing.

instabilidade política recorrente desde o conflito armado de 1998-99; o funcionamento irregular e falta de capacidade das instituições públicas no cumprimento das funções básicas do Estado; o défice democrático que se manifesta na necessidade de uma maior independência do poder judicial, de um maior controlo sobre a polícia e na insubordinação das forças armadas ao poder político; o impacto de fenómenos transnacionais como o tráfico de droga e a criminalidade organizada; os elevados níveis de pobreza; a fraca diversificação da estrutura económica e a grande dependência da ajuda externa (OECD, 2011, p. 23).

Há quase meio século vários governos guineenses têm-se aplicado limitadamente no sentido de superar os desafios socioeconómicos alarmantes nascidos após uma sucessão de crises político-militares que guiaram o país para retrocesso em matéria de desenvolvimento, criando obstáculos que anteparam o progresso, Santos e Altair (2010, p. 7) expõe o seguinte situação, “os cíclicos sobressaltos políticos e militares que o país tem vívido, sobretudo após o conflito armado de 1998-99, explicam em grande parte a degradação dos principais indicadores socioeconómicos e os resultados limitados dos esforços de construção do bem-estar e do desenvolvimento”.

Perante novo cenário globalizado e extremamente dinâmico é imprescindível a participação dos sectores privados no combate pelo desenvolvimento sob condição de que o setor público sozinho não consegue suprir as demandas existentes. Do ponto de vista social, tem as OTS⁴ que afligem mais na disparidade social, a despeito disso, é importante citar trabalho de Cabral (2007, p. 3) que assegura “as OTS atuam na prestação de serviços e na abordagem de problemas sociais, de natureza eminentemente pública, que dizem respeito a interesses sociais e concepções do desenvolvimento”.

No caso da Guiné-Bissau, após abertura democrática em 1991 surgiram várias ONGs⁵ com intuito de atender as inúmeras lacunas sociais existentes, destacando-se especialmente nas zonas rurais, Brito (2009, p. 24) ao analisar sobre zonas de intervenções das ONGs cita

Face ao contexto socioeconómico, oficialmente o meio rural tem sido definido como uma prioridade nacional, recolhendo atenção e apoios internacionais significativos. A nível nacional, têm sido preparados documentos orientadores de planificação sectorial importantes, tais como a Carta da Política de Desenvolvimento Agrário, o Plano Nacional de Gestão Ambiental e o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário.

Este crescimento expressivo das ONGs, em parte, estimulados por organismos internacionais com a visão ou estratégia de aliviar o Estado das atividades sociais, estão apostando

⁴Organizações do Terceiro Setor

⁵Organizações não Governamentais

nas organizações não governamentais que prestam serviços nas áreas sociais, isto vem ao encontro de Pereira (2013, p. 28) que diz “este crescimento e dinamismo foram impulsionados com o processo de democratização em meados da década de 1980, atingindo um maior volume de crescimento na década de 1990”.

A precariedade das infraestruturas, clima político conturbado e outros entraves em relação à efetivação das políticas públicas sociais impulsionou o crescimento das ONGs atuantes nas áreas sociais, Dabo e Ribeiro (2006, p. 7) ressalta que “estas organizações não-governamentais procuraram intervir em áreas novas ou nas quais o Estado não tinha uma capacidade de resposta efetiva [...] na realização de atividades de promoção do seu progresso social, económico e cultural”.

Entretanto, a série de crises político-militares instituíram graves enigmas sociais para o país, por consequência, as organizações não governamentais defrontam com o aumento de responsabilidade para com a sociedade, a elo disso, Dabo e Ribeiro (2006, p. 9) afirma “a responsabilidade acrescida das ONG face ao agravamento do contexto [...] tem-nas forçado a redobrar os seus esforços para uma melhor resposta às necessidades não satisfeitas da população face a um governo paralisado”.

No contexto atual que as ONGs estão inseridas é necessário profissional capacitado para atender os desafios e demandas do setor, frente a isso, no caso da Guiné-Bissau Carvalho e Barros (2014, p. 88) advertem que “em particular para poderem dar respostas aos novos desafios de aumentar a influência e a capacidade de pressão junto dos órgãos nacionais, participar em processos legislativos, OSC devem ser capacitados”.

Face ao contexto mencionado a respeito das ONGs na Guiné-Bissau surge a pergunta de pesquisa: **qual é o processo de avaliação dos projetos sociais das organizações não governamentais guineense?**

1.1 Objetivos

Para responder o citado problema de pesquisa elegeu-se os seguintes objetivos para o presente trabalho.

Objetivo Geral

Compreender como as organizações não governamentais avaliam os projetos sociais na área da Educação na Guiné-Bissau.

Objetivos Específicos

Para chegar ao objetivo geral foram determinados seguintes objetivos específicos:

- a) Demonstrar o percurso histórico das ONGs de forma geral na Guiné-Bissau;
- b) Conhecer as ONGs da Guiné-Bissau escolhidas no presente estudo;
- c) Analisar como as ONGs pesquisadas realizam avaliações de projetos sociais.

1.2 Justificativa

Inicialmente convém esclarecer o interesse no tema: **organizações não governamentais e avaliação de projetos sociais**.

O presente estudo é importante pois trata-se de um tema de relevância intelectual para as organizações não governamentais guineenses, visto que, atualmente existe uma preocupação mundial quanto à eficácia nas intervenções e gestão de qualidade no seio das OSC, Oliveira (2013, p. 10) afirma que “ao longo da última década, as OSC estão fortemente empenhadas no debate sobre a promoção de uma agenda de Desenvolvimento inclusiva e equitativa e na ampliação do reconhecimento do seu papel enquanto actor de Desenvolvimento”, também é evidente a preocupação na área da avaliação social, sobretudo a respeito da sua concepção que necessita de revisão e métodos avaliativos eficientes, Carvalho (p. 60) relata

Hoje, a demanda dos pesquisadores por “rastrear” e inovar conceitos/metodologias avaliativas pauta-se pela rejeição crescente aos modelos tradicionais, que não conseguem apreender a totalidade dos fluxos e nexos inerentes à tomada de decisões, à implementação, à execução, aos resultados e aos impactos produzidos e que, em consequência, não oferecem informações substantivas para influir nos fatores institucionais e processuais geradores de ineficiência crônicas no desempenho das políticas e programas sociais.

Quanto à originalidade da pesquisa, compete frisar que já foram divulgados alguns livros e estudos acadêmicos sobre as organizações não governamentais na Guiné-Bissau, no entanto, há poucos que dizem respeito à avaliação e praticamente nenhum que trate especificamente da avaliação de projetos sociais.

Foi possível idealizar este estudo graças a seguintes aspectos: quanto aos prazos, embora seja pouco tempo disponível para pesquisa de campo foi possível realizar coleta de dados e dedicar-se totalmente à pesquisa contando com suporte do orientador; quanto aos recursos financeiros, o acadêmico possui recursos próprios para realização da investigação na Guiné-Bissau; quanto aos materiais, não obstante das limitações bibliográficas referente ao tema, conseguiu-se através das plataformas *online* do eixo temático alguns livros, artigos e relatórios técnicos sobre ONGs.

Embora seja um tema muito interessante para as organizações não governamentais, não existem praticamente pesquisas relacionadas à avaliação de projetos sociais na Guiné-Bissau, à vista disso, analisar o processo de avaliação dos projetos sociais das organizações não governamentais é o que esse estudo propõe a fazer.

Conforme mencionado anteriormente, nota-se durante a investigação a escassez de livros, pesquisas, relatórios, artigos e obras acadêmicas que refletiam sobre mundo associativo na Guiné-Bissau, fato de existir escassas produções a respeito das organizações não governamentais torna a pesquisa relevante e de suma importância uma pesquisa nesse âmbito que visa trazer à tona o que está escasso neste campo, contanto que proporcionará aos leitores a oportunidade de analisarem como as ONGs na Guiné-Bissau encaram avaliação de projetos sociais e terem uma visão a despeito deste campo bastante dinâmico e complexo.

Foco nas áreas sociais deve-se ao fato da sua extrema necessidade de atenção direta das organizações públicas, privadas e não governamentais, especialmente na Guiné-Bissau, áreas sociais carecem de necessidades e intervenções efetivas.

E noutra vertente, na Guiné-Bissau o próprio Estado reconhece as fragilidades das suas ações, conforme mostra MEPIR (2011, p. 19) ao afirmar que “os sectores sociais continuam a enfrentar graves restrições orçamentais, acrescida da fraca capacidade institucional e humana e da falta de motivação do pessoal”, para Barros (2014, p. 36), situação atingiu esse nível de fragilidade institucional porque “entre 1974 e 2013 a Guiné-Bissau passou por vários ciclos de crescimento económico que sempre foram interrompidos por ciclos de convulsões político-militares que

desembocaram em golpes de Estado, acarretando incomensuráveis custos sociais, económicos, ambientais e diplomáticos”.

Embarcou-se nessa aventura visando o aprofundamento do debate técnico ao redor da organização não governamental, aperfeiçoamento contínuo das organizações da sociedade civil e fomentar o interesse pela produção de pesquisas na área por causa da carência bibliográfica e pesquisas acadêmicas a respeito do assunto.

Optou-se também pela análise das ONGs no quesito avaliação de projetos sociais devido à crescente importância que este vem assumindo na Guiné-Bissau, salienta Barros (2014, p. 36) que “num contexto marcado pela fragilidade e em certos casos pela ausência do Estado, a sociedade civil, particularmente a Igreja Católica e as ONGs, têm tido um papel decisivo junto das populações mais carenciadas, assim como no processo de consolidação da paz e da democracia”, Oliveira (2013, p. 10) num contexto global relata

As ONGD, bem como outras Organizações da Sociedade Civil (OSC), são hoje entendidas internacionalmente como actores de pleno direito na Cooperação para o Desenvolvimento, sendo reconhecido o seu papel não só como executoras de projectos, mas também como parceiras estratégicas na concepção, implementação e avaliação dos programas de Cooperação para o Desenvolvimento, e na definição de políticas públicas com impacto na área do Desenvolvimento.

Cabe ressaltar que as ONGs pesquisadas não representam a totalidade, à vista disso, não é possível generalizar as informações recolhidas nas organizações que fizeram parte da pesquisa, para isso a que fazer uma investigação com uma abrangência maior do tipo censo.

A investigação apresentou o processo de avaliação de projetos sociais das organizações não governamentais, entre elas: PLAN INTERNATIONAL, ADPP⁶, EDEC⁷ e PCI⁸.

Por fim, outra variável que influenciou na escolha do espaço geográfico da pesquisa e estimulou fortes interesses para realização deste projeto é o fato de ser o país que me viu nascer, em vista disso, pretendo levar uma contribuição útil para as OSCs que atuem nesse país.

⁶Ajuda de Desenvolvimento do Povo para Povo

⁷Estrutura para o Desenvolvimento da Educação Comunitária

⁸Paramédicos de Catástrofe Internacional

1.3 Estrutura da monografia

Mostra-se a seguir como está estruturada a pesquisa. Portanto, esta monografia está composta por cinco capítulos, entre eles: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia da Pesquisa, Apresentação e Análise de Dados e Considerações Finais.

Na parte pré-textual são apresentadas: Folha de rosto, Folha de aprovação, Dedicatória, Agradecimento, Epígrafe, Resumo, Abstract, Listas (Figuras, Gráficos, Tabelas e Siglas) e Sumário.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma breve introdução sobre a Guiné-Bissau e uma pequena contextualização da sociedade civil guineense no período pós-liberalização política ressaltando a despeito da relevância e papel do terceiro setor na Guiné-Bissau. Baseando nisso, foram traçados: problema de pesquisa, objetivos da pesquisa e justificativa de realizar o diagnóstico.

No segundo capítulo, clarifica-se através do embasamento teórico a respeito do terceiro setor, organizações não governamentais e avaliação, apresentando idéias centrais, conceito, importância, função e outros aspectos relevantes referente ao tema. Essa proeminente etapa tem como objetivo oferecer suporte conceitual.

No terceiro capítulo, metodologia da pesquisa, revelou-se os procedimentos metodológicos utilizados para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa, público alvo e limites do diagnóstico.

No quarto capítulo, apresentação e análise de dados, apresentam-se os resultados obtidos através da aplicação do questionário semiestruturado e entrevistas, e as análises dos dados. Neste capítulo são apresentadas as características das ONGs investigadas e variáveis que permitem constatar o processo adotado para realização da avaliação, tópico procurou cumprir ainda com os objetivos específicos da pesquisa.

Por último, no quinto capítulo, apresentam-se as conclusões finais referente a pesquisa realizada no que diz respeito à avaliação e processos de avaliação, atendendo o objetivo fundamental da pesquisa. Não obstante, neste capítulo, são revelados desafios e tendências para o desenvolvimento da avaliação no contexto guineense.

Na parte pós-textual, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas para realização do estudo, apêndice e anexo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Costa e Costa (2009, p. 124) fundamentação teórica “é a base de sustentação teórica de um trabalho monográfico. Reflete o nível de envolvimento do autor com o tema”. Marconi e Lakatos (2012, p. 114) salientam “é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados”.

Portanto, presente capítulo será destinado à análise sob enfoque conceptual inerentes ao assunto a ser pesquisado. Logo, o objetivo é expor os embasamentos teóricos e históricos dos autores, características, importância, ideias centrais e outros assuntos considerados importantes para pesquisa com intuito de entender o contexto a ser analisado.

Inicialmente, apresenta-se como se deu o surgimento do terceiro setor e organização não governamental, debruçando sobre seus conceitos, particularidades e razões que estiveram atrás do seu surgimento.

Ainda, nesta seção da pesquisa expõe-se também a respeito da avaliação e dos tipos de avaliação existentes almejando compreender quais pilares a avaliação se encontra apoiada, proporcionando maior compreensão a despeito das tendências e desafios atuais.

Apresentar o processo de avaliação dos projetos sociais das organizações não governamentais na Guiné-Bissau exigiu do autor uma investigação através de questionários e entrevistas, Netto (2006, p.38) salienta “a investigação pressupõe uma serie de conhecimentos anteriores, bem como uma metodologia adequada”, ainda segundo Dias e Silva (2010, p. 58) “nas entrevistas formais e questionários, o pesquisador seleciona as perguntas e define as respostas possíveis para cada pergunta (em alguns casos, as perguntas do questionário podem conter espaço para observação adicionais do entrevistado)”.

Alusivo a entrevista, Costa e Costa (2009, p. 64) diz que “é um instrumento de coleta de dados aplicado quando se quer atingir um número restrito de indivíduos. Sua grande vantagem é a interação entre o pesquisador e o entrevistado”, sobre questionário Gil (2008, p. 121) afirma “pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações [...]”.

2.1 Abordagem Conceptual: Terceiro Setor

De início é conveniente destacar Coutinho (2011, p. 33) “paralelamente à expansão das ONGs, ocorreu a difusão de um outro termo importado dos Estados Unidos e incorporado por vários estudiosos e militantes de ONGs: o chamado terceiro setor”, complementa Albuquerque (2006, p. 18) “a expressão “terceiro setor” é uma tradução do termo inglês *third sector*, que, nos Estados Unidos, é usado junto com as outras expressões, como “organizações sem fins lucrativos” ou “setor voluntário”.

Ainda a despeito do terceiro setor Albuquerque (2006) diz que as organizações sociais que hoje compõem o terceiro setor tiveram origem no século XVI e XVII, primeiramente com caráter religioso e político.

Nos seus estudos, Matos (2005, p. 18) chegou a seguinte conclusão: “depois da Segunda Guerra Mundial, inicia-se uma nova etapa (1944-73) de integração global [...] e também pelo esforço de criar órgãos internacionais de cooperação”, igualmente ONGD⁹ (2014, p. 9) ao analisar sobre terceiro setor, alude “o conceito de Cooperação para o Desenvolvimento não tem uma definição única e plena, aceita e adaptada a todos os contextos e espaços temporais. Na realidade, tem sido objecto de debate desde o fim da II Guerra Mundial”.

Referente a concepção de terceiro setor, vale a pena apresentar contribuição de Pereira (2013, p. 28) que expõe o seguinte, “estas organizações caracterizam-se pelo conjunto de atividades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, instituído por instituições civis de qualquer origem [...] denominadas como o Terceiro Setor”, além disso, Tozzi (2015) por seu lado afirma que o terceiro setor é formado por organizações sem proprietário, sem fins lucrativos e suas ações são de interesse público, à vista disso, possui uma visão distinta em relação aos outros setores (primeiro e segundo setor).

Tachizawa (2002, p. 18) afirma que “este setor ocupa espaços não preenchidos pelo Estado (Primeiro Setor) e pela atuação do setor privado, que enfatiza a comercialização de bens e serviços, a fim de atender a expectativas de um mercado comercial (Segundo Setor)”, Coutinho (2011, p. 33) salienta “o ‘terceiro setor’ foi apresentado como a forma encontrada pela ‘sociedade civil’ para preencher a lacuna deixada pelo Estado no atendimento das demandas sociais”, convém apontar

⁹Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento

explicação de Tenório (2006, p. 7), “marcado pela impotência do estado para atender às demandas sociais, que surgiram propostas alternativas, à margem da esfera governamental”.

Segundo Pereira (2013, p. 27) no caso do Brasil, houve o surgimento e forte crescimento das organizações da sociedade civil devido às participações cada vez mais efetivas no tange à resolução dos problemas sociais, situação muito semelhante a nível mundial. Matos (2005, p. 21) complementa que “o enfraquecimento das ações tradicionais soma-se à vitalidade dessas novas instituições, com novas formas de lutas e propostas, entre elas a preservação do meio ambiente, a busca da equidade no tratamento das questões de gênero, o combate às discriminações étnicas [...]”, Kother (2008, p. 15) salienta ainda que “nas modernas sociedades o papel das organizações do terceiro setor, ou do sector de economia social é dinâmico, sendo, muitas vezes, às únicas instituições capazes para dar respostas a tantas carências e necessidades”.

Pereira (2013, p. 29) “uma característica fundamental das organizações do Terceiro Setor é que não são homogêneas, ou seja, englobam todo tipo de organização sem fins lucrativos”, Coutinho (2011, p. 33) afirma “neste campo estariam desde as organizações de cunho religioso, as fundações (geralmente ligadas a uma grande empresa capitalista), as associações beneficentes e assistenciais, as organizações de voluntários, até formas de organização dos trabalhadores (como as cooperativas)”. Além disso, Ribeiro e Marques (2002, p. 131) reforçam

Estas organizações, consideradas como parte integrante do «terceiro sector», são caracterizadas, grosso modo, pelo seu estatuto não lucrativo e pela orientação de trabalho bottom-up com as comunidades locais, integrando por vezes uma forte componente de voluntariado.

Vale notar a contribuição de Albuquerque (2006, p. 23)

Na década de 1980, a conjuntura latino-americana alterou-se significativamente. A maioria dos países restabeleceu um regime democrático, vivendo fortes crises econômicas e altos índices inflacionários. Os governos passaram a adotar uma política neoliberal de desenvolvimento, o que agravou a situação de pobreza nos países do Terceiro Mundo. Paralelamente, ocorreu o crescimento do setor informal da economia e aumentou o descrédito do Banco Mundial e das instituições internacionais quanto ao destino dado pelos órgãos governamentais aos recursos alocados em programas de desenvolvimento social.

Frente ao contexto mencionado neste subcapítulo Tenório (2006, p. 7) assegura que “têm crescido muito no Brasil e no mundo o número e o espectro de organizações que buscam, por meio de ações locais e globais, respostas para os problemas sociais e ambientais decorrentes do tipo de desenvolvimento que experimentamos nos últimos 50 anos”.

2.2 Abordagem Conceptual: ONG

De início é interessante citar Pereira (2013, p. 32) que afirma o seguinte “o termo ONG foi usado pela primeira vez em 1950 pela ONU (Organização das Nações Unidas) para definir toda organização da sociedade civil que não estivesse vinculada a um governo”, na mesma linha de consideração Matos (2005, p. 21) diz “a ONU utilizava o termo para referir um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais atuantes no âmbito supranacional e que tinham ação de importância, como a OIT, a Cruz Vermelha Internacional, a UNESCO e a FAO”.

Após adoção da política neoliberal em alguns países, segundo Tenório (2006, p. 11) “num espaço de tempo muito curto, o mundo se viu diante de problemas globais, cujas soluções agora dependem da capacidade de articulação de um espectro mais amplo de agentes sociais”. Nesta reforma política, as ONGs foram apresentadas como solução para as situações sociais que se agravaram na sociedade. Coutinho (2011, p. 15) ressalta

Expressão que até então era utilizada em referência às organizações de ‘Cooperação Internacional’, o termo se generalizou, as ONGs multiplicaram e a expressão serve para designar as de ONGs Internacionais (europeias financiadoras de projetos específicos) ou nacionais e todas as organizações não estatais genericamente consideradas não governamentais.

Matos (2005, p. 31) explica

O termo ONG surgiu em canais internacionalizados e se adapta e (re) traduz através de dinâmicas internas, pelas quais as ONGs transformaram velhos modelos de associação voluntárias filantrópicas e também ocuparam o espaço político de movimentos sociais em baixa nas ações de mobilização em massa.

Para Tachizawa (2002, p. 36) o termo ONG “não é termo definido em lei, mas uma categoria que vem sendo socialmente construída e usada para designar um conjunto de entidade com características peculiares, reconhecidas por seus agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública”, segundo Tenório (2006, p. 11) “as ONGs caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado”.

O auge das ONGs em termos gerais eclodiu em 1980, fato que ocorreu devido a mudança na conjuntura dos países, ou seja, reestruturação do sistema político, como faz notar Pereira (2013), o reconhecimento, crescimento e dinamismo das organizações não governamentais atingiu o maior crescimento durante o processo de democratização em meados da década de 1980, enquanto que, Mañas e Medeiros (2012, p. 19) por seu lado, afirmam que “foi a partir da década de 1970 que

ficaram conhecidas por seus trabalhos voltados para a execução de atividades de auto-ajuda, assistência e serviços nos campos da educação, saúde, entre outros”.

No tange ao serviço prestado pelas ONGs e o seu papel cada vez mais reconhecido, convém mencionar o trabalho de Albuquerque (2006, p. 31)

É pela eficiência e importância do trabalho que vem sendo desenvolvido por essas organizações que sindicatos, associações, movimentos, redes sociais, igrejas, órgãos governamentais e universidades formam parcerias para trabalhar com as ONGs em programas, projetos, seminários, campanhas, etc., conseguindo, assim, potencializar seu trabalho.

Pereira (2013, p. 32) afirma que “o setor não deve atuar sozinho, nem sobrepor ao Estado em suas funções, deve propor soluções que a própria sociedade pode promover para sair da passividade perante as diversas questões que afligem a todos os cidadãos”, Mañas e Medeiros (2012, p. 21) sustentam que “as instituições sem fins lucrativos existem para atender mudanças nos indivíduos e na sociedade, fazendo com que todos vejam como é importante participar de projetos onde se explora a ação solidária pela ajuda aos que tem problemas de sobrevivência”.

Schwarz (2015, p. 12) esclarece

As OSC têm clara noção que para existir uma promoção e defesa dos direitos humanos não podem atuar sozinhas e necessitam de exercer uma pressão constante junto de decisores políticos, instituições e pessoas chave que se solidarizem com as causas que defendem e que possam apoiá-las na implementação das mudanças desejadas.

ONGD¹⁰ (2014, p. 10) comenta

Podemos ainda falar de cooperação descentralizada que, num sentido restrito, consiste na cooperação realizada por administrações estatais, mas não do poder central (ex.: câmaras municipais, regiões autónomas). Num sentido mais alargado, trata-se de um novo enfoque da cooperação caracterizado pela descentralização de iniciativas, pela incorporação de novos actores da sociedade civil e por uma maior participação dos actores da sociedade civil local no seu próprio desenvolvimento.

Pereira (2013, p. 30) frisa “entre os diversos desafios das Organizações da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos é importante destacar a necessidade na melhoria contínua da eficiência da gestão destas organizações, por meio da utilização de um sistema de governança, entre outras técnicas”.

¹⁰ Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento é uma associação privada sem fins lucrativos que representa um grupo de 66 ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fonte: <http://www.plataformaongd.pt/>

2.3 O papel das ONGs na sociedade

Segundo Tenório (2006, p. 11), depois da II Guerra Mundial o mundo assistiu a mudanças marcantes na história, por exemplo, novos polos económicos e políticos, reforma de Estado, revolução na comunicação e produtividade industrial e agrícola, porém, tais transformações trouxe o aumento da pobreza, desemprego, poluição, além de conflitos étnicos, sociais e políticos. Elo a isso, “as ONGs tornaram-se as parceiras diletas do Banco Mundial como ‘consultoras’ para a realização de pesquisas sobre a pobreza e as chamadas dimensões sociais do ajuste estrutural ou ainda para formular propostas de ‘diminuição da pobreza’, ‘equidade’, ‘género’ [...]” (COUTINHO, 2011, p. 14).

Esse cenário impulsionou na mesma linha a intervenção da sociedade civil nos problemas sociais, Campos (1988, p.18) salienta, “a primeira observação que se pode fazer sobre esse conjunto heterogêneo de organizações e entidades é que seu papel vem ganhando visibilidade crescente na sociedade, embora não se possa afirmar que já não fossem importantes em outras épocas”.

Barros (2014, p. 36) relata

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e a implosão da União Soviética em 1991, os movimentos de “democratização” imprimiram a ideia de sociedade civil à escala global. A partir dos anos 90 verifica-se um movimento em dois sentidos no que diz respeito à relação entre sociedade civil e a esfera política. Se por um lado, a abertura política permitiu o aparecimento de novas OSCs, por outro lado, o aparecimento e consolidação destas organizações permitiram tornar mais permissível a esfera política e abriu caminho ao que se podia considerar como o processo de criação de um espaço público durante as transições democráticas no processo de “liberalização” dos regimes autoritários.

Assistiu-se nos finais do século 20 o desenvolvimento e vitalidade das organizações não governamentais na sociedade desempenhando papéis desafiadores e importantes, no que concerne ao papel das ONGs atualmente Oliveira (2013, p. 9) explica

São hoje entendidas internacionalmente como actores de pleno direito na Cooperação para o Desenvolvimento, sendo reconhecido o seu papel não só como executoras de projectos, mas também como parceiras estratégicas na concepção, implementação e avaliação dos programas de Cooperação para o Desenvolvimento, e na definição de políticas públicas com impacto na área do Desenvolvimento.

Alguns organizações acreditam que o papel das organizações não governamentais pode ser repartido em duas partes, por exemplo, ONGD (2014, p. 9) ao analisar o papel das ONGs cita que

O seu papel não é o de actores principais mas o de “agentes catalisadores” ou “facilitadores”, que cooperam com as comunidades locais no reforço do tecido associativo, no incentivo à participação, na ajuda aos sectores mais vulneráveis da população, na melhoria do acesso aos recursos financeiros e técnicos e na procura e reforço das estratégias de preservação do meio ambiente, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Isto vem ao encontro de Proença (2013) que concluiu nas suas investigações que as ONGs do Norte são agentes de canalização de ajuda para o desenvolvimento, mobilizam e promovem a criação de recursos financeiros e monitorizam as práticas e as políticas dos doadores e as ONGs do Sul desempenham outro tipo de papel que é mobilizam as comunidades mais pobres e marginalizadas e promovem a apropriação local para o desenvolvimento.

Na mesma linha de consideração, ONGD (2014, p. 8) comenta

Assumem, actualmente, um importante papel de “parceiros para o desenvolvimento” e de “agentes catalisadores”, ao cooperarem com essas comunidades no reforço do tecido associativo, no incentivo à participação cívica e económica, na ajuda aos sectores mais vulneráveis da população, na melhoria do acesso a recursos financeiros e técnicos e na procura e reforço das estratégias de preservação do meio ambiente, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Portanto, convém esclarecer que o presente estudo de caso envolveu apenas ONGs do Sul. A despeito do mesmo, Oliveira e Haddad (2001, p. 62) reforça que são “[...] organizações constituídas livremente por cidadãos que atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório [...] e o mercado não tem interesse de atender”.

Na visão de Moroni e Serafim (2009, p. 16) com foco no contexto político afirmam

Seus papéis seriam: pressionar o Estado para que cumpra seu papel fundamental de garantir direitos através de políticas públicas que reconheçam as demandas e as particularidades dos diversos segmentos da sociedade; constituir arenas de explicitação de conflitos e disputas em torno de projetos políticos que orientam visões de mundo; defender a participação que garanta direitos e inclua económica e politicamente diversos segmentos; ser fonte de renovação e aprimoramento do exercício de representação, inclusive aquela exercida pelos partidos políticos, propondo formas de controle, prestação de contas e diálogo que garantam a representatividade.

Todavia, ONGD (2015, p. 16) apresenta sua preocupação quanto a relação entre Estado e ONG ao assegurar que “as ONGD nem sempre são consultadas sobre a definição das políticas e práticas do sector que lhe dizem directamente respeito [...] não permitido uma reflexão aprofundado sobre os assuntos”, Handem (2008, p. 29) salienta que “a cultura do diálogo entre as instituições

(públicas ou privadas) é um instrumento importante para o reforço de confiança, busca de consensos e desenvolvimento das relações de cooperação e colaboração”.

Tenório (2006, p. 14) apresenta essa preocupação da ONGD como um dos desafios atuais que as organizações não governamentais enfrentam, “acrescentaríamos o desafio de estabelecer diálogo com os setores governamental e empresarial. Esse desafio constitui, ao mesmo tempo, a oportunidade de conquistar novos espaços por parte das ONGs”.

A necessidade de refletir a despeito dos papéis que as organizações não governamentais desempenham na sociedade contemporânea torna-se imprescindível para aumento da capacidade de intervenção. Para Tenório (2006, p. 15) “as ONGs têm que pensar em acrescentar às suas peculiaridades novos instrumentos de gestão, dotando seus quadros de habilidades, conhecimentos e atitudes que assegurem, ao fim e ao cabo, o cumprimento dos objetivos institucionais”.

Para Proença (2013, p. 11)

Repensar estrategicamente o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento, partindo da análise dos seus impactos positivos e negativos e das responsabilidades de todos os envolvidos, tem levado nos últimos anos a que as ONGD se venham confrontando com uma dupla necessidade: por um lado, a de uma participação activa nos debates internacionais sobre a qualidade da cooperação e pro-activa nos debates sobre a qualidade do próprio desenvolvimento; por outro lado, a necessidade de se confrontarem a si próprias, em todas as latitudes (nas respectivas latitudes geográficas, a norte ou a sul, mas também no que respeita aos seus processos internos ou aos processos e as acções externos).

Referente as organizações não governamentais diagnosticadas, convém esclarecer que estes possuem e desempenham uma função importante na sociedade guineense, principalmente nas zonas rurais onde a ausência do Estado é enorme, na mesma linha, Handem (2008, p. 28) salienta que “o facto de intervirem em contextos e lugares muitas vezes longínquos e adversos onde a presença do Estado quase que não é visível fazem destes actores, em particular as organizações não-governamentais, agentes chave na busca de soluções para os problemas das comunidades”.

Finalizando, no contexto guineense, Barros (2014, p. 20) aponta

Neste novo quadro conjuntural a sociedade civil guineense tem assistido ao surgimento e amadurecimento dos chamados “grupos de vigilância”, o que significa que não obstante as elites políticas e militares continuarem a ser as forças preponderantes do país, algumas instituições e personalidades da sociedade civil têm assumido um papel decisivo neste cenário de instabilidade crónica, trabalhando afincadamente no sentido de um desenvolvimento sustentável.

2.4 Abordagem Conceptual: Avaliação

Em pleno ambiente cheio de mutações, concorrências acirradas e fortes exigências do mercado, conseqüentemente, fez surgir as novas formas de gestão e técnicas procurando alcançar o sucesso. Portanto, as organizações perante o novo contexto criaram uma prática que auxilia nos objetivos e metas estabelecidos, e nas tomadas de decisões nomeado, avaliação.

De início é interessante destacar o trabalho de Bishop (2002, p. 71)

Uma avaliação visa: resolver os problemas e tirar lições da experiência para melhorar a planificação e a realização de actividades parecidas: avaliação intermédia e final; endereçar o balanço dos resultados e julgar a actuação: avaliação final; medir o impacto e a duração dos resultados: avaliação ex-post e ex-ante.

Para Raposo (2001, p. 91) “quando falamos de avaliação, nosso imaginário nos remete a diferentes situações e experiências, com diferentes significados”, na mesma linha de raciocínio Catani e Gallego (2009, p. 10) salientam que “a palavra avaliação é usada nas várias situações cotidianas. Avaliam-se possibilidades, condições [...] enfim quase tudo é avaliável, no sentido de que podemos conferir valores e com isso dirigir nossas ações, escolhas, preferenciais etc.”, isto vem ao encontro de Zuliani (2010, p. 136) que apresenta seguinte postura referente a avaliação “às vezes, o termo avaliação pode ser entendido ou confundido, dependendo do contexto (no clínico, por exemplo) [...] os testes são um tipo de técnica de avaliação e, portanto são uma das muitas estratégias usadas para obter informações sobre pessoas”.

Já Kauchakje (2008, p.177) vê avaliação como um processo que “auxilia nas decisões sobre prioridades, objetivos e uso dos recursos, emite um parecer sobre estas decisões e, também, permite a divulgação pública dos resultados e do trabalho desenvolvido”, Dalmau e Benetti (2009, p. 20) mencionam que “esse processo deve ser formalizado, pois quando as coisas são feitas de improviso tendem a gerar resultados desastrosos. Além do mais, quando formalizado, podem-se preparar todos os envolvidos no processo, visando a melhoria do sistema como todo”.

“Na avaliação, utilizam-se teorias, conceitos e instrumentos de diversas outras áreas do conhecimento. Dessa forma, a avaliação deve ser compreendida como uma área de aplicação e não como uma ciência” (TANAKA; MELO, 2004, p. 14). Carvalho (2001, p. 60) relata que

Hoje, a demanda dos pesquisadores por rastrear e inovar conceitos/metodologias avaliativas pauta-se pela rejeição crescente aos modelos tradicionais, que não conseguem apreender a totalidade dos fluxos e nexos inerentes à tomada de decisões, à implementação, à execução, aos resultados e aos impactos produzidos e que, em consequência, não oferecem informações substantivas para influir nos

fatores institucionais e processuais geradores de ineficiências crônicas no desempenho das políticas e programas sociais.

Dalmau e Benetti (2009, p.13) ao analisarem a avaliação, aludem ”é uma ação de controle que permite aos gestores verificar se o resultado do trabalho realizado está em consonância com aquilo que foi planejado”, Tanaka e Melo (2004, p. 14) ainda dizem, “avaliação deve servir para direccionar ou redireccionar a execução de ações, atividades, programas e, por conseguinte, deve ser exercida por todos aqueles envolvidos no planejamento e na execução dessas ações”.

Já Silva e Brandão (2015, p. 57) dizem que “o principal valor de uma avaliação é sua capacidade de evidenciar e explicar a convergência ou não entre o planejado e o executado, havendo pouco espaço para outros tipos de questionamento”. Na contramão desse pensamento, Catsambas (2015, p. 31) garante “as avaliações são uma estratégia essencial para o setor não lucrativo, porque permitem que as organizações tenham maior clareza de pensamento, aprendam a partir de suas experiências e usem os dados para trabalhar de maneira mais eficaz”.

Para Chueri e Xavier (2008, p. 98) “a avaliação permite verificar a eficiência do projeto em termos do seu desempenho durante a execução, bem como a eficácia do mesmo em função dos impactos gerados e da contribuição do projeto para a sociedade”, esse pensamento vem ao encontro de Carvalho (2001, p. 60) que diz “a avaliação sistemática e contínua pode ser estratégica na oferta de informações substantivas que possibilitem o exercício do controle social (mecanismo valioso de democratização da gestão pública) e referenciem avanços na efetividade das ações sociais”.

No que concerne as avaliações sociais, Cohen e Franco (1993, p. 69) declaram “a tarefa essencial daqueles que realizam avaliações sociais consiste em aumentar a eficiência e a eficácia, isto é, alcançar os objetivos procurados com uma utilização ótima dos recursos disponíveis”, Raposo (2001, p. 91) ressalta “é preciso operacionalizar a frase, já quase banal, de que ‘o importante não é errar, é aprender com o erro’. Essa forma de compreender o erro como uma fonte valiosa de informação precisa ser introduzida na prática, no cotidiano das instituições”.

Ainda a despeito das avaliações sociais, Carvalho (2001, p. 60) afirma

Ao contrário, ela é bastante secundarizada na prática social. Só ganha importância para justificar ou ratificar uma dada ação, processo institucional ou recurso recebido. As organizações devem assumir a avaliação como procedimento que lhes permita aprimorar suas ações e, mais que isso, manter uma relação de transparência com o seu público-alvo, parceiros, financiadores e sociedade em geral, no que tange a seus propósitos, processos e resultados.

Boullosa e Araújo (2009, p. 16) asseguram

Alguns autores preferem acreditar que a avaliação é uma atividade que deve mostrar a realidade sem emitir um juízo de valor. Para esses autores, quem deve emitir o juízo de valor não é o avaliador, mas, sim, quem solicitou a avaliação. A maioria dos autores, entretanto, é enfática em afirmar que não há avaliações sem juízo de valor e que até mesmo as que não o fazem de modo direto, acabam emitindo juízos quando, por exemplo, selecionam os critérios de avaliação.

Catani e Gallego (2009, p. 15) trazem outro aspecto afirmando que “refletir sobre avaliação não pode se limitar aos aspectos técnicos (ao “como fazer”), mas exige a consideração das dimensões éticas e políticas”. “Trata-se de comparar as dimensões relevantes em dois momentos do tempo, antes e depois da intervenção, para comprovar se esta provocou a mudança esperada” (CANO, 2006, p. 8).

De acordo com Davidson (2012, p. 20) “uma avaliação verdadeiramente relevante depende das perguntas certas. Muitas avaliações se perdem em detalhes por falta de noção clara sobre o que é realmente importante saber sobre o que está sendo avaliado”, à vista disso, Rogers (2015, p. 34) afirma “avaliação é um processo no qual se combinam evidências e valores explícitos (critérios e padrões) para chegar a julgamentos globais a respeito da qualidade de um determinado objeto”.

Cano (2006, p. 8) salienta

Assim o importante é determinar a causa das mudanças. Por outro lado, se não houve mudança, cumpre também determinar a causa dessa estabilidade, pois pode acontecer que o programa tenha surtido efeito positivo, mas que foi anulado pela influência de outros elementos que nada têm a ver com o programa.

Carvalho (2001, p. 60) complementa “os resultados de uma dada ação social podem ser múltiplos e derivados de múltiplas causas ou fatores. Os projetos podem ter resultados e impactos esperados e não esperados, tangíveis e intangíveis, imediatos ou de médio prazo”.

Referente avaliação de programas e projetos sociais a que essa pesquisa se propôs analisar, Boullosa e Araújo (2009, p. 205) afirmam

Um dos maiores desafios da avaliação e monitoramento de projetos sociais reside na construção das informações que serão usadas em tais processos. Dizemos que as informações são construídas e não simplesmente coletadas porque cada uma delas é produto de um desejo, de uma pergunta, de uma técnica que orientará a sua apreensão e compreensão.

2.5 Tipos de avaliação

Segundo Kauchakje (2008, p. 179) “a resposta à primeira pergunta – quando a avaliação será realizada? – é que a avaliação pode ser realizada antes, durante e ou depois da realização do projeto”, este aspecto é similarmente analisado por Tenório (2003, p. 14) que concluiu que “essas três situações têm relações com as etapas do processo de avaliação que se realizam antes, durante e depois da execução do projeto”. Salienta Cury (2001, p. 48) “tanto a avaliação *ex ante* e o monitoramento do projeto, bem como a avaliação *post facto*, fazem parte do sistema de avaliação, item fundamental em qualquer projeto social”.

A despeito do sistema de avaliação, Bishop (2008, p. 71) afirma

As conclusões e recomendações de cada tipo de avaliação apresentam um interesse particular. Assim, para a avaliação

- *ex-ante*: levam ou não à realização de um projecto;
- intermédia (ou a meio caminho): permitem prosseguir o projecto com ou sem reformulação tanto dos objectivos e dos resultados visados como das actividades;
- final: oferecem elementos para iniciar ou não a continuação do projecto, ou de projectos similares com ou sem maiores modificações da concepção do projecto;
- *ex-post*: estimam a duração dos resultados do projecto e apreciam a possibilidade ou não de repetir o projecto com ou sem mudanças nas diferentes etapas do ciclo doprojecto.

Ex-ante para Boullosa e Araújo (2009, p. 60) são “realizadas antes do início da intervenção, normalmente com o objetivo de traçar diagnósticos mais precisos do problema, ajudar a construir a estratégia da intervenção [...] é usada por muitos financiadores para identificar prioridades e metas”, ressalta Carvalho (2001, p. 74) “nessa fase, portanto, não só se levanta o conhecimento necessário ao projeto, mas conferem-se sua viabilidade e exequibilidade, ou seja, que condições políticas, técnicas, financeiras e materiais estão disponíveis e podem ser mobilizadas para sua execução”

Ainda Chueri e Xavier (2008, p. 98), ao examinar a avaliação *in itinere*, mencionam que “durante o ciclo de vida as avaliações permitem verificar como está o desempenho do projeto em relação ao que foi planejado, se as tarefas agendadas estão em dia, se o custo até o estágio atual é o que estava previsto, se surgiram novos riscos, como estão os produtos adquiridos etc”, Boullosa e Araújo (2009, p. 60) destacam “esse tipo de avaliação pode levar em consideração tanto as fases de formulação quanto a fase de implementação [...] mas, quase sempre está focada no acompanhamento e verificação dos resultados mais imediatos da intervenção em estudo”.

Carvalho (2001, p. 74) sustenta que “não se pode fazer o monitoramento sem um projeto que especifique de forma clara os resultados que pretende atingir e a cadeia de ações proposta para lançar esses objetivos”.

Além disso, referente a avaliação *post facto* Chueri e Xavier (2008, p. 98) apontam que “ocorrem posteriormente ao encerramento do projeto, estão relacionadas ao alcance dos objetivos de longo prazo e buscam verificar os benefícios que o projeto traz após ter sido implantado. O tempo e a forma de se fazerem as avaliações [...] irão variar em função de cada projeto”, Carvalho (2001, p. 80) evidencia “a avaliação dos resultados imediatos centra-se basicamente nas metas e nos produtos obtidos [...] quando se objetiva aferir a efetividade ou os impactos, é necessário proceder a uma avaliação depois de algum tempo do término do projeto (6 ou 12 meses)”.

Na visão de Rogers (2015) avaliação no planejamento inicial do programa auxilia na fundamentação do escopo do projeto que levará à procura informações referente as outras situações que já deram certo e de que maneira aquilo poderia ser adaptado para novo projeto. Durante a implementação auxilia na verificação do andamento das atividades, ou seja, progresso do projeto e possíveis melhorias. No final do projeto ou momentos posteriores, avaliação ajuda a verificar aspecto económico, impacto, eficiência, eficácia e sustentabilidade do projeto.

No que concerne a avaliação de processo e de eficácia, Carvalho (2001, p. 70) destaca que “pode ser dirigida por avaliadores internos ou externos ou preferivelmente por uma combinação dos dois. Envolve a constatação de acertos e falhas na utilização de instrumentos, conteúdos, procedimentos e confere a adequação de objetivos, metas e custos, visando o aprimoramento da ação”.

Davidson (2012, p. 20) explica “quem precisamos envolver para garantir *credibilidade* à avaliação? O “quem” e o “como” do envolvimento dos *stakeholders* são tão importantes quanto o “que” para a *credibilidade* da avaliação e de seus resultados”, Chueri e Xavier (2008, p. 97) assegura “precisamos lembrar que a ótica das partes interessadas (*stakeholders*) no projeto é a que deve ser levada em conta, pois o termómetro de sucesso ou fracasso de um projeto é a percepção que estas partes interessadas têm quanto às entregas e ao alcance dos objetivos do projeto”.

Carvalho (2001, p. 70) considera que

A avaliação pode ser tipificada também como externa – aquela realizadas por especialistas – e interna – implementada pelos gestores, executores ou mesmo pelo público-alvo do programa ou projeto. As possibilidades de articular os vários tipos de avaliação é bastante grande, dependendo da natureza e porte dos projetos, e hoje em dia pode-se perceber a ocorrência de tipos simultâneos de avaliação.

Na visão de Kauchakje (2008, p. 179)

Para questão – Quem avalia? – a avaliação pode ser externa (com pessoas externas ao projeto, geralmente especialistas no método de avaliação e temática do projeto); interna (avaliação realizada pela equipe e gestores do projeto); mista (com especialistas em avaliação externos e membros internos) e participativa (avaliação que envolve membros internos e a população-alvo, além de, algumas vezes, outros setores da sociedade civil e avaliadores externos).

Ao referir-se a este assunto, Silva (2012, p. 10) diz “há forte tendência a tomar aquele que financia a avaliação ou o próprio programa - geralmente o mesmo ator, como seu único dono, supondo que a avaliação deva responder apenas a suas perguntas”. Entretanto, postura de Bishop (2002, p. 72) sustenta que “é fundamental que as partes intervenientes no projecto sejam associadas à avaliação, permitindo desta maneira aumentar as possibilidades de se chegar a conclusões e a recomendações”. Na mesma linha de pensamento, Carvalho (2001, p. 84) salienta

Possibilita não só a apropriação gradativa da realidade, mas alimenta, ao mesmo tempo, a construção de propostas e ações. Tem como eixo metodológico fundante o envolvimento e a participação dos formuladores, gestores, implementadores e beneficiários no próprio processo avaliativo de um dado programa ou organização prestadora de serviços sociais.

Kauchakje (2008, p. 179) diz

A pergunta – como a avaliação será realizada? – indica o tipo de avaliação que será desenvolvida. Neste caso a resposta depende das características do projeto social e de seus objetivos. Por exemplo, num projeto social cujo um dos objetivos é contribuir para fortalecer a autonomia política da população-alvo, então a avaliação participativa e processual pode ser a mais recomendável; já num outro projeto em que é considerado mais relevante aspectos técnicos (de medição de resultados), então a avaliação mista, processual e de impacto parece ser mais indicada.

Na visão de Chueri e Xavier (2008) toda organização precisa procurar adaptar as técnicas de avaliação existentes à sua realidade, necessidades e objetivos, auxiliando nos resultados. “Atualmente, considera-se fundamental a contratação de avaliações externas com equipes de avaliadores experientes, para analisar criticamente os projetos, resguardando a isenção técnica durante o processo e na conclusão sobre o valor social das iniciativas, em relação ao mérito e à relevância” (PINTO et al., 2015, p. 78).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente capítulo apresenta aspectos metodológicos seguidos para aferição do processo de avaliação dos projetos sociais desenvolvidos pelas organizações não governamentais analisadas.

“Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos” (DEMO, 1985, p. 19).

“Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2008, p. 26). Também Demo (1985, p. 23) ao analisar a pesquisa, cita “é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície”.

3.1 A Metodologia

Na construção desta monografia procurou-se conhecer como as organizações não governamentais realizam avaliações de projetos sociais na área da educação, para isso, utilizou-se: a) **abordagem qualitativa**, quanto ao objetivo aplicou-se uma pesquisa descritiva; b) **quanto aos procedimentos técnicos**, foi necessária aplicação da pesquisa bibliográfica e o método estudo de caso que é o mais indicado para esta pesquisa.

Saliento que, o que estudo propõe a verificar não é mensurável, à vista disso, a pesquisa é caracterizada como qualitativo. Do ponto de vista objetivo, é descritiva dado que o estudo tem como objetivo descrever o processo de avaliação dos projetos sociais desenvolvidos pelas organizações, Triviños (1987, p. 128) diz “a pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva. Como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga [...] são produto de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida”.

À vista disso, para alcance dos objetivos propostos na pesquisa foi necessário aplicar o método estudo de caso e pesquisa bibliográfica.

No que se refere aos procedimentos, utilizou-se pesquisa bibliográfica para inteirar-se com o que já se produziu referente ao assunto pesquisado, como faz notar Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, [...] quer publicadas, quer gravadas”, Triviños (1987, p. 110) salienta “o processo de avaliação do material bibliográfico que o pesquisador encontra lhe ensinará até onde outros investigadores têm chegado em seus esforços, os métodos empregados, as dificuldades que tiveram de enfrentar, o que pode ser ainda investigado etc.”.

Com relação ao estudo de caso Gil (2002, p. 54) diz que “é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais”. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”, ainda Godoy (1995, p.25) “o estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”.

Entretanto, a metodologia adotada para caracterização das ONGs, análise dos desafios organizacionais, análise da necessidade de formação, análise dos processos de avaliação e aferição de outros assuntos inerentes a projetos sociais possibilitou mapear o sistema de avaliação utilizado pelas organizações não governamentais, bem como traçar o perfil delas.

A recolha de informações para o estudo teve duração de aproximadamente dois (2) meses através de entrevistas e questionários.

Perante a subjetividade das informações, as explicações de algumas respostas foram de modo intuitivo a fim de chegar nos objetivos do trabalho, além disso, algumas respostas não poderão ser transformadas em números. Convém esclarecer que, das organizações pesquisadas uma (PCI) não possuía sede na Guiné-Bissau, à vista disso, foi necessária aplicação do questionário *on-line*.

No primeiro contato junto as organizações não governamentais pesquisadas, foram expostos as finalidades da pesquisa, a fim de obter um resultado positivo quanto à continuidade do mesmo, em seguida, foi utilizado canal formal (questionário ou entrevista) para coleta de informações e posterior análise.

Assim, adentrando literalmente no questionário aplicado nas ONGs possibilitando verificar como se dá o processo de avaliação dos projetos sociais, o mesmo baseou-se nas seguintes direções:

- a) A ONG realiza avaliação dos seus projetos? Por quais motivos?
- b) Qual postura em relação à avaliação? Qual importância da avaliação?
- c) Quem realiza as avaliações? De onde vem os recursos utilizados para avaliação?

- d) Os desafios enfrentados nas avaliações? Qual a utilidade da avaliação?
- e) Qual o olhar da organização em relação a avaliação?

Questões acima voltadas para compreensão do processo da avaliação apresentaram respostas abertas abrindo sempre espaço para obter novas informações dos pesquisados de modo a gerar novidades para a pesquisa. Estas premissas possibilitarão desvendar o processo de avaliação usado pelas organizações não governamentais e chegar às conclusões com vista a cooperar com o fortalecimento das organizações da sociedade civil guineense.

A propósito da pesquisa descritiva, Gil (2008, p. 48) diz que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Isto vem ao encontro de Lakatos e Marconi (2003, p. 187) que concluiu que “são os estudos quantitativo-descritivos que possuem, como função primordial, a exata descrição de certas características quantitativas de populações como um todo, organizações ou outras coletividades específicas”. Gil (2008, p. 28) por outro lado, salienta “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa”.

Já em relação a entrevista semiestruturada, Santos e Candeloro (2006) apresenta como uma entrevista que parte de um roteiro de questões aplicadas, entretanto, existe confluência de interrogações previamente elaboradas com outras pautadas a partir das respostas e elucubrações dos entrevistados. Também Zanella (2006) ao analisar a entrevista semiestruturada aponta que o entrevistador traça uma guia, mas a conversa continua de acordo com as declarações do entrevistado, sem seguir rigidamente a sequência das questões.

Para obtenção de informações necessárias para o diagnóstico foram levados em conta seguintes orientações: Gil (2008, p. 121) aponta que “requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; [...] apresentação do questionário e pré-teste do questionário”, outro aspecto também é comentado por Lakatos e Marconi (2003, p. 165) “é tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior”.

3.2 Público-alvo

Referente as organizações não governamentais envolvidas na presente pesquisa, os mesmos foram selecionados baseados nos seguintes critérios: a) Área de intervenção; b) Nível organizacional; c) Estrutura; d) Estar em atividade; e) Legitimamente instituída e f) Tempo de atividade. Foi realizada entrevista com Seco Djassi¹¹ da ONG PLAN INTERNATIONAL e Justino Gomes¹² da ONG EDEC. Com a Iria Bello¹³ da ONG ADPP foi realizada ambas formas de coleta de dados (entrevista e questionário), e com Drº Bruno Ferreira¹⁴ da ONG PCI foi necessário aplicação do questionário *online*, pois a sede encontra-se no estrangeiro (Portugal).

Sonia Sánchez¹⁵ coordenadora do programa prestou serviço de consultoria para pesquisa orientando na escolha das ONGs, recomendando organizações com excelentes níveis organizacionais e salientou que com as organizações sugeridas será viável realizar o diagnóstico porque a maioria das organizações não governamentais existentes não atenderá os requisitos necessários para participação no diagnóstico.

3.3 Limites do diagnóstico

No decorrer da pesquisa constatou-se vários obstáculos que delimitaram a investigação, os mesmos serão mencionados a seguir.

O diagnóstico não integrou um leque maior de organizações não governamentais, isto deve-se a inexistência de escassas ONGs que atenda às especificações requisitadas para integrar-se na pesquisa.

Interessante mencionar que o diagnóstico teve como limitação, o tempo. A investigação foi idealizada durante o recesso e teve pouca duração. Além da bibliografia limitada sobre organizações não governamentais na Guiné-Bissau.

¹¹ Coordenador de projetos na área da Educação

¹² Administrador da ONG

¹³ Administradora da ONG

¹⁴ Presidente e Fundador da ONG

¹⁵ Coordenadora da UGP e Gestora de Fundos para Adiantamentos

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo apresenta-se as informações recolhidas nas entrevistas e questionários, entre elas, as características, público-alvo, áreas de intervenções, processos de avaliação, etc. Em prosseguimento, apresenta-se as análises da investigação, ou seja, os achados da pesquisa. De igual modo, apresenta-se o percurso histórico das ONGs na Guiné-Bissau.

Apesar da sua pequena dimensão geográfica, na Guiné-Bissau, existem um número significativo de organizações da sociedade civil em forma de associações, redes, fundações etc. As primeiras organizações com carácter de ONG surgiram em meados da década de 90 num cenário de grandes dificuldades económicas e sociais, e na mesma época, após abertura do país ao multipartidarismo houve forte crescimento das OSC. Entretanto, maior parte dessas organizações sofrem de carências financeiras, estruturais e organizacionais, mais informações a respeito do assunto será abordado na seção seguinte.

4.1 Breve percurso histórico das organizações não governamentais da Guiné-Bissau

No contexto guineense, Barros (2014, p. 35) diz que “a ideia da sociedade civil no contexto guineense não está forçosamente ligada nem à implantação das estruturas modernas do Estado colonial, nem ao próprio colonialismo”, Forrest (2003) salienta que já existiam instituições sociais de base rurais antes da chegada do Estado colonial Português e vem se desenvolvendo ao longo de séculos.

Nos anos 50 e 60, várias organizações ligadas à igreja, clubes e grupos de inter-ajuda, já se dedicavam a atividade social junto à população carente com característica assistencialista, como faz notar Handem (2008, p. 17) que conta “as primeiras organizações não-estatais que surgiram na Guiné-Bissau pertenceram às igrejas e confissões religiosas ainda nos anos 50”.

Contudo, após a conquista da independência (fim do período colonial em 1974) surgiram novas organizações não governamentais com carácter sócio partidário, segundo Barros (2014, p. 35) “essas estruturas foram criadas para, numa primeira fase, apoiar as estratégias de mobilização do PAIGC¹⁶, mas serviram igualmente das relações com instituições congêneres ou simpatizantes da luta de libertação [...]”, ainda Handem (2008, p. 17) “nos primeiros anos após o término do período

¹⁶Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

colonial, foram estabelecidas as «organizações sociais de massa» (OSM), como forma de garantir uma mobilização rápida e abrangente da população para as tarefas da reconstrução nacional”.

Segundo Sangreman et al, (2006, p. 13) “em 1980, a situação económica na Guiné-Bissau era muito má. A diferença entre uma classe dirigente vivendo num luxo ostensivo e a população desprovida dos elementares bens de primeira necessidade era inaceitável [...]”, ainda Handem (2008, p. 18) salienta que “o declínio económico, que começou no início da década de 1980, resultante de políticas económicas pouco apropriadas, conduziu a mudanças importantes no sistema económico e mais tarde no sistema político e no estado de emergência”.

A crise económica de 1980 trouxe várias consequências entre elas, mudança na constituição. Sangreman et al, (2006) afirma que com a revisão da Constituição em 1991, dando início a democratização no país, permitiu o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa

A maior dinâmica no mundo associativo e “liberalização” da atuação das ONGs se dá no início dos anos 1990 graças abertura democrática, isto vem ao encontro de Barros (2014, p. 36) enfatiza “com o início da democratização na Guiné-Bissau, que se assistiu ao nascimento e proliferação de várias formações associativas [...] que se denomina sociedade civil, que vinculam o sector privado às práticas de assistência e auxílio mútuo”.

Segundo Dabo e Ribeiro (2006, p. 7) “na década de 90 surgem legalmente as primeiras ONG nacionais, numa altura em que se dá uma maior descentralização do Estado, favorecendo, por conseguinte o crescimento de sistemas alternativos de apoio ao desenvolvimento económico [...]”, frisa Handem (2008, p. 18) “as ONG nacionais são a continuação duma prática de associação enraizada na sociedade, muito embora a natureza desta nova forma e associação difira em alguns pontos essenciais das práticas tradicionais do associativismo na Guiné-Bissau”.

Em 1992, época que se registra o ponto alto para as ONGs, em especial com aprovação do Decreto-Lei n.º 23/92, conforme mostra Handem (2008, p. 25) “em Março de 1992, o Governo aprovou o Decreto-Lei (Boletim Oficial n.º 12 de 23/03/1992) para regulamentar a criação e o exercício de actividades das Organizações Não-Governamentais nacionais”, salienta Barros (2014, p. 36) “a alteração da Constituição constitui então o marco legal que assinalou o desenvolvimento da sociedade civil guineense, tal como se encontra configurada”.

Barros (2014, p. 36) ainda comenta

No que diz respeito à necessidade ou não de formalização da personalidade jurídica, é importante mencionar que uma entidade pode atuar sem estar formalmente constituída, assim como uma pessoa física pode integrar esse segmento ainda que ocasionalmente, visto que a própria Constituição guineense (Art. 55, n. 1) determina que a constituição de associações é independente de autorização. A importância da constituição e formatação jurídica da organização verifica-se no estabelecimento de parcerias ou na mobilização de recursos com os parceiros, doadores ou com o setor público (Barros, 2014, p. 36).

Ainda Handem (2008, p. 26) “a proposta do Decreto-Lei foi o resultado de uma ampla discussão entre as organizações não-governamentais nacionais e o staff da SOLIDAMI, que veio a culminar com a sua aprovação em Conselho de Ministros”.

No que concerne a SOLIDAMI, Barros (2014, p. 37) afirma

Criada em abril de 1984, a SOLIDAMI (Solidariedade e Amizade) é uma estrutura encarregue da coordenação e dinamização da ajuda não-governamental. A SOLIDAMI, devido a sucessivas crises institucionais deixou de funcionar, deixando um vácuo na fiscalização externa das ONGs, cabendo a estas, de por si, realizar estas tarefas, com todas as implicações daí resultantes.

Handem (2008, p. 26) salienta

O Decreto-Lei remetia a supervisão da intervenção das ONG à SOLIDAMI que por sua vez era tutelada pelo Ministério da Cooperação Internacional. O processo de criação da ONG (bastava um número de 5 pessoas) começava na SOLIDAMI (onde era depositado um dossier de criação com todos os documentos exigidos, nomeadamente os estatutos da organização, cópia dos bilhetes de identidade com assinaturas reconhecidas pelo notariado, número da conta bancária) passando depois pelo Ministério da Justiça para a realização da escritura pública. Depois de realizada essa escritura, a ONG deposita a certidão comprovativa da constituição da organização na SOLIDAMI que por sua vez a enviava ao Ministério das Finanças e do Plano e Cooperação para conhecimento e efeitos de seguimento.

No contexto jurídico guineense, Barros (2014, p. 37) descreve

As ONGs são, em termos legais, classificadas como associações, mas, uma vez que existe um decreto versado sobre as mesmas, resolveu tratar-se deste tipo de estruturas como uma categoria em si mesmo. Nesse sentido, são ONGS no âmbito do quadro jurídico guineense, pessoas coletivas de direito privado, de livre criação, partidárias e com fim não lucrativo. São organizações voluntárias que têm por objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e a promoção da participação destas no desenvolvimento socioeconómico.

Salienta Tenório (2009)

A partir da década de 1980, como reflexo do processo de democratização que retirou da clandestinidade a maioria das ONGs, estas têm se preocupado não só em explicitar para sociedade a sua finalidade, como também em ampliar o grau de participação de seus integrantes e beneficiários na determinação de seus objetivos.

Em relação às zonas geográficas de intervenção, constata-se que as ONGs concentravam suas ações nas regiões com maiores problemas sociais, como faz notar Barros (2014, p. 36) “num contexto marcado pela fragilidade e em certos casos pela ausência do Estado, a sociedade civil, particularmente a Igreja Católica e as ONGs, têm tido um papel decisivo junto das populações mais carenciadas, assim como no processo de consolidação da paz e da democracia”.

Entretanto, nos últimos anos as ONGs guineenses têm participado moderadamente na agenda internacional das ONGs, seminários e fóruns voltado para o fomento e/ou desenvolvimento próprio, fato que se justifica pelos constantes conflitos político-militares que o país vem passando, à vista disso, se registra o ponto mais baixo para organizações não governamentais guineenses com fraco dinamismo nas suas agendas e praticamente sem nenhum marco histórico.

Entretanto, Barros (2014, p. 36) comenta

As OSCs têm-se revelado como co-protagonistas do desenvolvimento, sobrepondo-se até ao próprio Estado em alguns casos. Vale a pena dizer que o nascimento e o crescimento das OSCs tem conduzido à transformação da participação dos cidadãos na esfera pública e o desenvolvimento daquelas resulta em grande medida da conceção do Estado assumida.

Ainda OCDE (2011, p. 38), “boa parte dos actores internacionais reconhece a importância do reforço da sociedade civil e do sector privado para a consolidação do Estado, não só enquanto actores sociais e económicos, mas também enquanto actores do processo democrático”.

O percurso histórico das ONGs feito pelo autor pode ser analisado através do resumo sintetizado apresentado a seguir (Tabela 1) que procura organizá-lo no formato diacrónica, destacando os principais eventos ocorridos na sua evolução ao longo dos tempos.

Tabela 01: Percurso Histórico das ONGs na Guiné-Bissau

Tempo	Marco
50 e 60 Caráter Caritativa / Assistencialista	Iniciativas das organizações da sociedade civil fortemente controladas pelos colonizadores portugueses com objetivo de prevenir qualquer consciência nacional que atrapalhasse os interesses coloniais. OSC ligadas à igreja, clubes, grupos de inter-ajuda, etc.
1970 a 1980 Caráter Partidário	Surgimento de organizações sociais em massa fomentadas e controlada pelo partido-estado (PAIGC) com foco na mobilização da população para as tarefas da reconstrução nacional, dedicação à causa da pátria, propagar a ideologia da luta de libertação nacional e prevenção em relação à criação de organizações que pudessem perigar as ideologias do PAIGC.
1984	Criação do SOLIDAMI (Instituto de Solidariedade e Amizade – Responsável pela coordenação das atividades das ONG sob a supervisão do Ministério da Cooperação Internacional).
1990	Abertura do pluralismo político possibilitando surgimento de novas organizações da sociedade civil livres do regime do partido único permitindo uma atuação aberta ligada às filosofias de projetos dos doadores ou criadores das organizações.
1992	Em março de 1992, aprovação do Decreto-Lei sobre as ONG (Decreto-Lei n.º 23/92) que regulamenta a criação e o exercício de atividades das ONGs. Concepção do Decreto-Lei conseguido através de engajamento e participação ativa de várias organizações não-governamentais nacionais e internacionais, entre as quais, se destacam a Fundação Amílcar Cabral, AMIC, TINIGUENA, AD, RADI/SWISSAID e ALTERNAG.
1998	Criação da Célula das ONG, dois anos depois virou Plataforma das ONG (PLACON-GB). Célula nasceu no âmbito do apoio e canalização da ajuda humanitária durante a guerra de 7 de Junho de 1998. O Movimento da Sociedade Civil para a Democracia e Paz (criado em 1998) convergindo no seu seio um elevado número de ONG, sindicatos, igrejas, organizações de jovens e mulheres.
2008	Primeiro workshop do projeto <i>No Na Tisi No Futuru</i> ¹⁷ veio a confirmar que existe toda uma necessidade de atualização do Decreto-Lei das ONG dado o contexto atual do país.

Fonte: Elaboração própria

¹⁷O Projecto *No Na Tisi No Futuru* – Projeto de reforço de capacidades das organizações da sociedade civil da Guiné-Bissau que visa melhorar as capacidades dos atores da sociedade civil nacional permitindo o seu maior envolvimento na dinâmica do país.

4.2 Análise das ONGs da Guiné-Bissau que integraram na pesquisa

Apresenta-se a seguir breve perfil das organizações não governamentais que participaram do diagnóstico. É importante frisar que serão expostos como a organização surgiu, ano que começou a atuar na Guiné-Bissau, seus fundadores, principais objetivos da ONG, principais projetos realizados, principais regiões de intervenção, enfim serão exploradas todas as características necessárias para o presente estudo.

4.2.1 PLAN INTERNATIONAL¹⁸

A PLAN INTERNATIONAL é uma organização global de caráter humanitário presente em 52 países em desenvolvimento em toda a África, Ásia e nas Américas para promover e atender os direitos da criança. Foi fundada em 1937 com o objetivo inicial de fornecer alimentação, alojamento e educação para as crianças cujas vidas foram interrompidas pela guerra civil espanhola.

A organização foi criada pelo jornalista britânico *John Langdon-Davies* e trabalhador refugiado *Eric Muggeridge* concederam a idéia de um relacionamento pessoal entre uma criança e um patrocinador, modelo que coloca a criança no centro, e continua a ser o núcleo do que a PLAN faz.

Começou a atuar na Guiné-Bissau precisamente em 26 de junho de 1995, trabalhando primordialmente com crianças e a comunidade em geral, hoje em dia, ampliou seu público alvo para outro público, entre eles, pessoas vulneráveis, professores, pessoas com deficiência, alunos e camponeses.

Atualmente, atua especificamente nas seguintes regiões, Setor Autónomo de Bissau, Bafatá, Gabu e Cacheu com foco em três áreas prioritárias programáticas, designadamente:

- Educação, garantir o direito da criança à educação inclusiva de qualidade;
- Saúde, garantir o direito da criança a um início de vida saudável;
- Direitos e Proteção, garantir o direito da criança à proteção contra todas as formas de abuso, negligência, exploração e violência, incluindo em situações de emergência.

¹⁸Informações do subcapítulo retirado no site <https://plan-international.org/> e <http://www.ue-paane.org/>

A organização tem como missão: alcançar melhorias duradouras na qualidade de vida de crianças desfavorecidas em países em vias de desenvolvimento, através de um processo que une pessoas de culturas diferentes, aumentando assim o significado e valor às suas vidas.

4.2.2 Ajuda de Desenvolvimento do Povo Para Povo – Guiné-Bissau (ADPP)¹⁹

ADPP é uma organização não governamental guineense de caráter humanitário fundada em 1981 por iniciativa de jovens voluntários estrangeiros e nacionais. No início, começou a atuar na Guiné-Bissau como uma ONG estrangeira, porém em 1992 foi registrada como nacional.

Nos primeiros anos de funcionamento muitos voluntários vindos da Europa participaram na construção de latrinas²⁰, escolas e clínicas. Mais tarde os trabalhos desenvolvidos pela ADPP na Guiné-Bissau foram organizados em projetos.

Antigamente, suas ações eram destinadas apenas para zonas rurais ou regiões extremamente carenciadas, mas, hoje em dia seus projetos abrangem quase todas regiões (exceto Tombali).

ADPP na Guiné-Bissau, tem participado ativamente em assistência humanitária sempre que necessário, abaixo algumas ações importantes realizadas pela ADPP:

- a) Foi a única organização não governamental nacional, que continuou a trabalhar no país durante o conflito político de 1998-1999, onde comandou a distribuição de alimentos;
- b) Distribuição de alimentos nas escolas primárias e jardins de infância na região de Oio, onde o ChildAid está situado;
- c) Construiu uma maternidade Bissorã;
- d) Nos anos 2003-2005, construiu quinze (15) escolas com trinta e três (33) salas de aula, todos com infraestruturas escolares, 14 latrinas e 14 poços reabilitados.

A organização tem a seguinte missão: criação de desenvolvimento económico, social e cultural nas comunidades baseada no humanismo solidário.

¹⁹Informações do subcapítulo retirado no site <http://www.adpp-gb.org/> e <http://www.ue-paane.org/>

²⁰ Lugar reservado para dejeções

4.2.3 Paramédicos de Catástrofe Internacional (PCI)²¹

PCI é uma ONG humanitária na área médica com estatuto de Utilidade Pública e IPSS²², tendo como objetivos principais a assistência médica, ajuda humanitária, apoio social, educação para o desenvolvimento, apoio domiciliário, formação e capacitação e defesa dos direitos humanos em toda a parte do mundo, principalmente onde os cuidados de saúde e defesa da dignidade humana são escassos e muitas vezes esquecidos pela sociedade.

Fundada em 2005 por Drº Bruno Ferreira, a organização fornece ajuda de emergência em mais de 10 países para pessoas afetadas por conflitos armados, epidemias, desastres naturais ou provocados pelo homem. A maioria dos recursos da organização vem de contribuições privadas o que permite atuar com agilidade e independência o que proporciona a liberdade de falar sobre indivíduos, organismos e governos que estejam infringindo os direitos humanos.

A organização iniciou a sua atuação na área da cooperação para o desenvolvimento e humanitárias na Guiné-Bissau em 2008, com foco em quatro áreas, entre elas, educação e formação, saúde, direitos humanos e alimentação.

4.2.4 Estrutura para o Desenvolvimento da Educação Comunitária (EDEC)²³

EDEC é uma organização não governamental guineense que surgiu graças ao termino do projeto Promoção e Desenvolvimento do Ensino Comunitário (PRODEC) em dezembro de 2001. Depois de dois anos e seis de reflexões internas por parte de alguns membros do projeto assessorado pela SNV²⁴ e outras organizações, com objetivo de dar continuidade ao trabalho realizado pela PRODEC, fez nascer a organização EDEC em 2005 como resultado da necessidade de uma estrutura que garanta o prosseguimento das ações de apoio e desenvolvimento da educação comunitária.

A organização desenvolve actividades essencialmente nas áreas da educação de base e de actividades económicas e socioculturais. Uma das características da EDEC é prevenir e estimular a acessibilidade das crianças na escola, particularmente das raparigas.

²¹Informações do subcapítulo retirado no site <http://www.paramedico-internacional.org/>

²²Instituições Particulares de Solidariedade Social

²³Informações do subcapítulo retirado durante a entrevista e no site <http://www.ue-paane.org/>

²⁴Organização de Desenvolvimento da Holanda

A organização tem a seguinte missão: contribuir nas zonas da intervenção para a melhoria da escolarização e desenvolvimento das ações comunitárias.

Tabela 02: Informações adicionais extraídas no questionário aplicado

ONGs QUESTÕES	PLAN	EDEC	ADPP	PCI
Em que ano iniciou as atividades?	1995	2005	1985	2005
A organização possui sede própria?	Não	Sim	Não	Sim
Qual regime da propriedade onde fica a sede?	Arrendado	-	Arrendado	-
Quantos membros a organização possui?	-	23 a 44	+ 66	+ 66
Quantos assalariados?	-	11 a 22	+ 66	11 a 22
Quantos voluntários?	-	1 a 10	23 a 44	+ 66
Os voluntários recebem algum apoio?	Sim	Sim	Sim	Sim
De que forma a organização atua com os projetos?	Executadora Financiadora	Executadora	Executadora Financiadora	Executadora Financiadora
Quantos projetos desenvolveu nos últimos 5 anos?	+ 5	3	+ 5	+ 5
Alguns projetos são desenvolvidos em parceria com outras ONG?	Sim	Não	Sim	Sim
Existem projetos em curso atualmente?	Sim	Não	Sim	Sim
Um membro da organização tem ou fez algum tipo de formação para avaliação de projetos?	Sim	Não	Sim	Sim
A organização realiza avaliação dos seus projetos?	Sim	Sim	Sim	Sim
Qual importância da avaliação?	Média	Média	Alta	Média
Qual abrangência territorial dos projetos avaliados nos últimos 5 anos?	Regional	Regional	Nacional Regional	Nacional
Qual foi o tempo de duração dos projetos avaliados?	Depende	1 a 3 meses	1 a 3 meses	1 a 3 meses
Resultados das avaliações são apresentados para público externo da organização?	Sim	Sim	Sim	Sim
Conhece avaliações de projetos de outras ONG?	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria

4.3 A metodologia de avaliação dos projetos sociais adotados pelas ONGs pesquisadas

A seguir apresenta-se a análise dos dados coletados através da entrevista e questionário. Em relação as respostas para as questões, a maioria é de múltipla escolha e algumas apresentam a opção “Outro” oferecendo margens de respostas opcionais caso tivesse algo acrescentar.

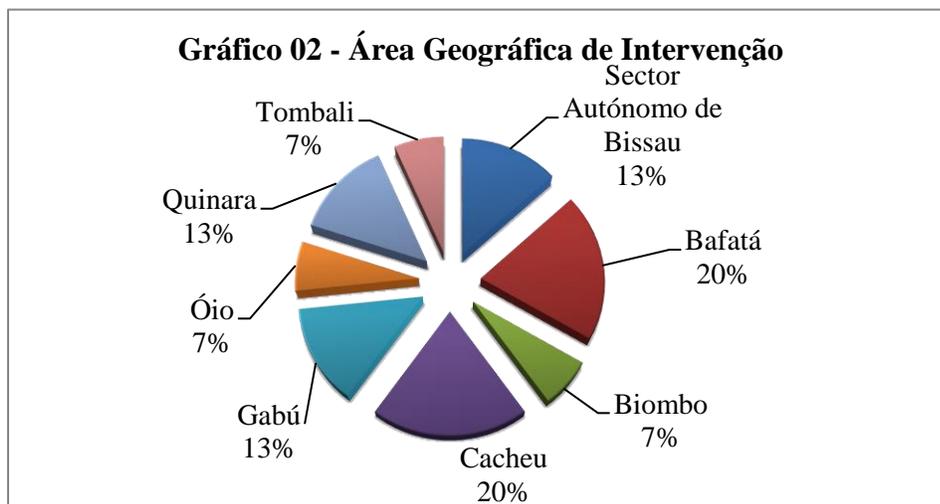
No que diz respeito às organizações investigadas, que percentagem é nacional e que percentagem é internacional? Foram apresentados seguintes resultados:



Fonte: Elaboração própria

Das organizações pesquisadas, (50%) são ONG nacionais e (50%) são ONG internacionais (Gráfico 01). No segmento das ONGs internacionais foram incluídas as que têm sede e origem estrangeira, entretanto, atuam no território guineense.

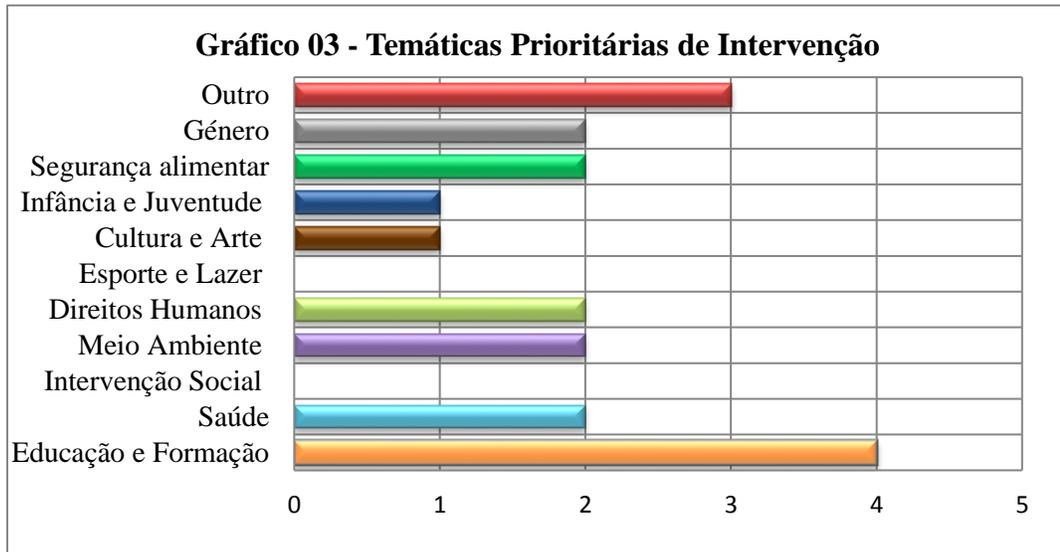
A Guiné-Bissau encontra-se dividida em nove (9) regiões entre elas, Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Óio, Quinara, Sector Autónomo de Bissau e Tombali. Em relação a área geográfica de intervenção, quais zonas as ações das ONGs se destinam?



Fonte: Elaboração própria

Constata-se que Bafatá e Cacheu são regiões com maior incidência de intervenções (gráfico 02). Biombo, Óio e Tombali são regiões na qual existe poucas intervenções.

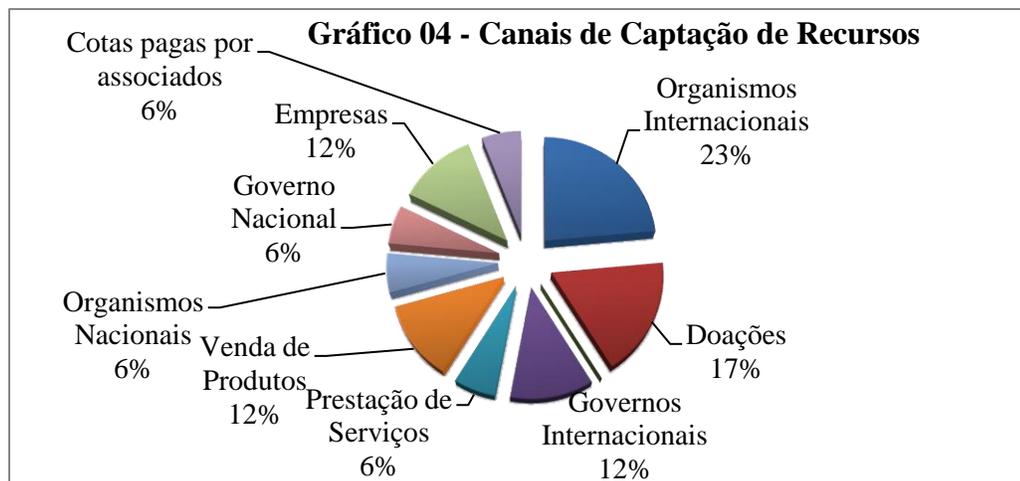
Referente às especialidades de intervenções das ONGs, quais são as áreas temáticas de intervenção? Os resultados obtidos foram:



Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que a **Educação e Formação** é a área que reuniu maior número de respostas (4) que representa em percentagem (21%), na sequência vem “Outro” (3) em percentagem (15%) e a que menos acumulou respostas foram áreas ligadas à cultura e recreação (gráfico 03). A opção “Outro” esteve associada a respostas como: água e saneamento, alimentação e segurança econômica. Diversificam suas atuações em diversas áreas procurando dar respostas as demandas.

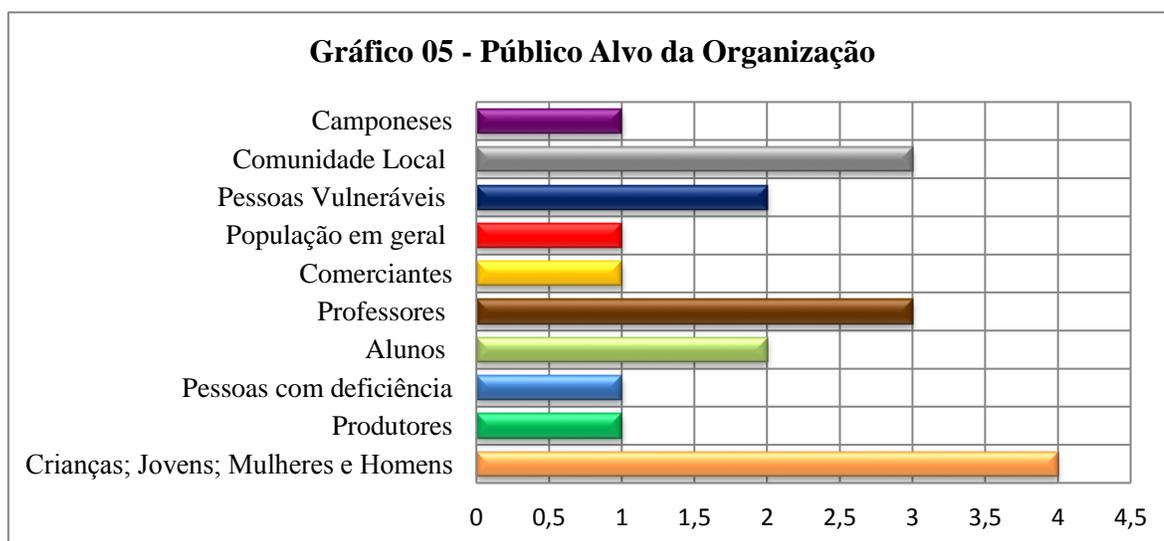
No que diz respeito a fontes de financiamento, quem são os financiadores de recursos?



Fonte: Elaboração própria

Constata-se que os organismos internacionais e doações são os principais canais de captação de recursos para as ONG inquiridas. Noutra vertente, vê-se que a prestação de serviços, governo nacional, cotas pagas por associados e organismos nacionais configuraram-se como minoritários no quesito financiamento (como mostra o gráfico 04).

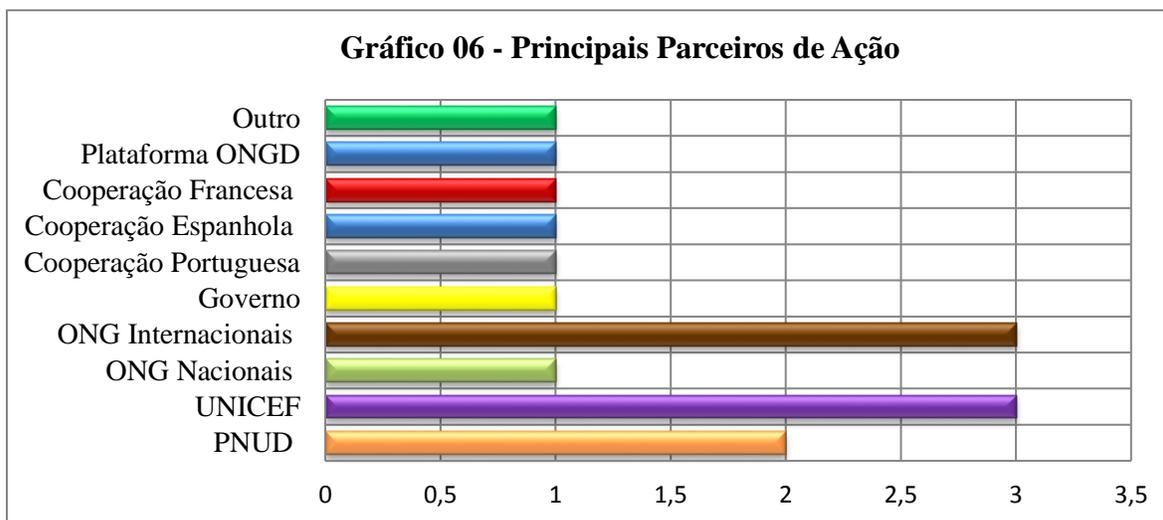
Em relação aos sujeitos, a quem as ações se destinam?



Fonte: Elaboração própria

Segundo gráfico verifica-se pouca dispersão nas respostas. As opções crianças; jovens; mulheres e homens (21%), professores (16%) e comunidade local (16%) acumularam maiores percentuais de respostas, seguido de alunos (11%) e pessoas vulneráveis (11%) (Gráfico 05).

A despeito dos parceiros de ação, alcançou-se seguintes dados (gráfico elaboração própria):

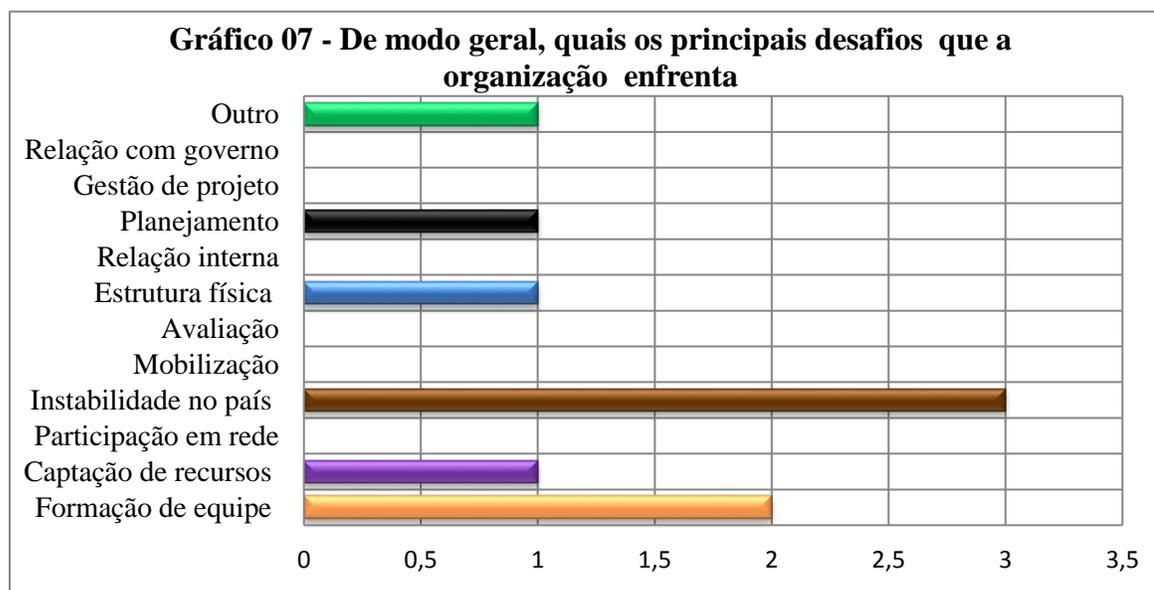


Execuções de projetos muitas das vezes são realizadas em colaboração com outras instituições facilitando sua implementação. Por isso, a pesquisa procurou conhecer os principais parceiros de ação das ONG inquiridas.

No geral, organismos internacionais obtiveram maiores percentagens de resposta, entre eles, UNICEF (22%) e PNUD (14%). Entretanto, ONG internacionais configuraram-se também como principais parceiros de ação com cerca 22%, como mostra o gráfico 06. Na categoria “Outro”, refere-se a Bengala Branca²⁵ opção acrescentada pela PLAN INTERNATIONAL.

A pesquisa procurou estar ciente a respeito dos desafios que as ONGs encaram em duas ocasiões, entre elas, durante implementação de projetos e de modo geral, e se inteirar também sobre as áreas com necessidades de formação.

Em relação aos desafios, quais de modo geral as ONGs enfrentam? Obteve-se seguintes resultados:



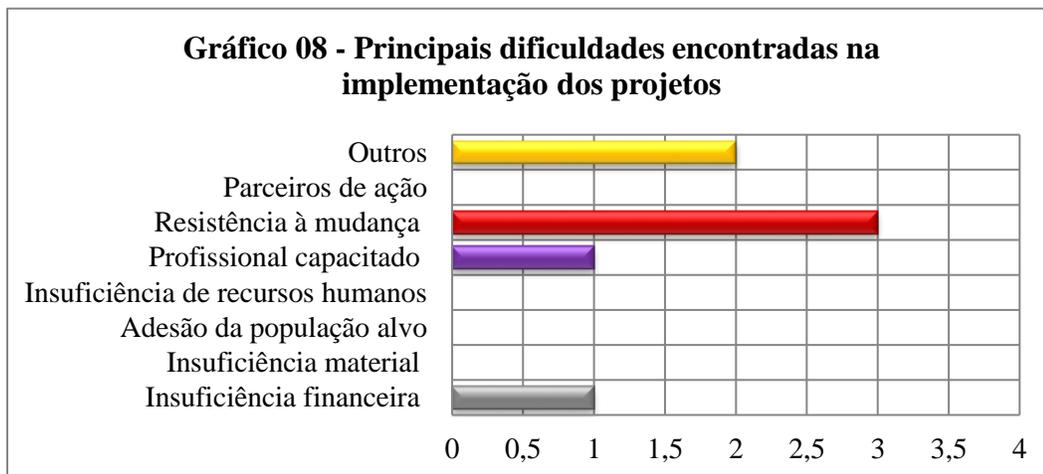
Fonte: Elaboração própria

Dentre os desafios mencionados, temos a instabilidade no país com o total de três (3) respostas o que representa aproximadamente 34%, seguindo de formação de equipe com duas (2) representando cerca 22% e por último vem captação de recursos, planejamento, estrutura física e “Outro” ambos com uma (1) resposta cada que representa 11% (Gráfico 07).

²⁵George Bonham do Clube Lion Peoria no Illinois começa a campanha em 1930 que leva a todos os Estados as leis de segurança «Bengala Branca», por volta de 1956. A organização fabrica produtos para deficientes visuais. Fonte: Revista Lion, Novembro-Dezembro 2014 - Bimensal

A opção “Outro” foi citada pela PLAN INTERNACIONAL referindo-se à questão cultural e carência de revisão das políticas públicas educacionais.

No que concerne às dificuldades durante implementação de projetos, constata-se o seguinte:

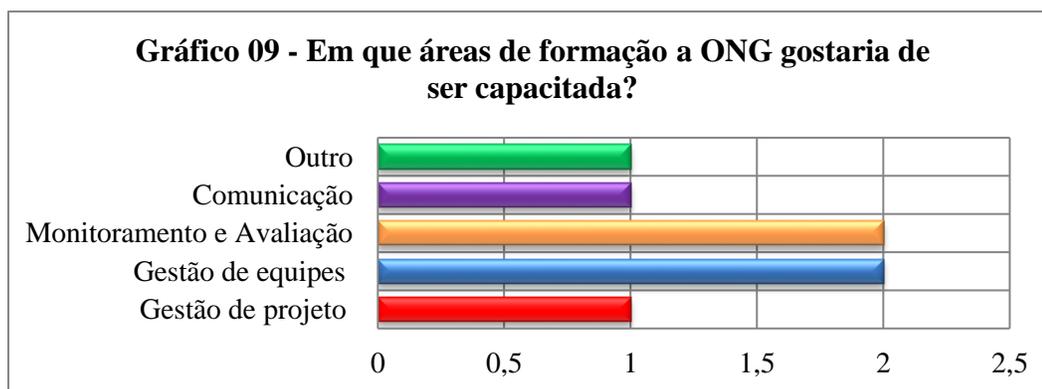


Fonte: Elaboração própria

Das ONGs analisadas, as principais dificuldades encontradas durante implementação dos projetos foram: resistência à mudança com (43%), “Outro” (29%), profissional capacitado (14%) e insuficiência financeira (14%), como constata no gráfico 08. Na opção “Outro”, constituíram seguintes respostas: questões culturais, dependência da população do apoio externo e carência de revisão nas políticas educacionais.

Dentre os desafios citados a ausência de profissional capacitado esteve na terceira posição com cerca de 14%, entretanto, hoje em dia esta carência é ajustada com ações de formação para os membros das ONGs.

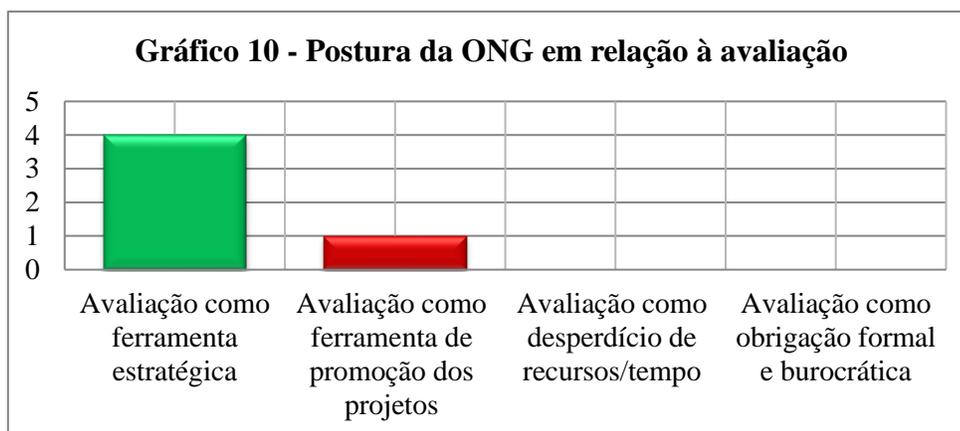
Nesse sentido, fazendo um elo às necessidades de formação das ONGs pesquisadas foi citado seguintes áreas:



Fonte: Elaboração própria

As ONGs apontaram necessidade de formação nas seguintes áreas (em porcentagem): Monitoramento e Avaliação (29%), Gestão de Equipes (29%), Gestão de Projetos (14%) e Comunicação (14%). Na opção “Outro” foi citada área: Planificação do Trabalho e Contabilidade (Gráfico 09).

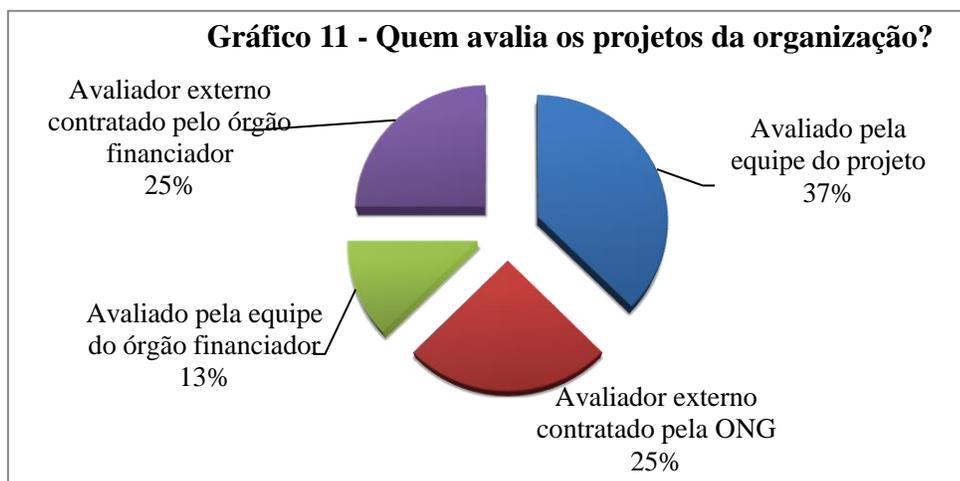
Adentrando agora nas respostas voltadas para diagnóstico do processo de avaliação adotado pelas ONGs e identificar suas visões com relação a avaliação, inicia-se com a seguinte questão: como a ONG vê a avaliação?



Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico 10, verifica-se que todas as organizações investigadas apresentam mesmo “olhar” em relação à avaliação. Todas consideram avaliação como uma ferramenta estratégica. Entretanto, a EDEC escolheu duas respostas entre elas, avaliação como ferramenta estratégica e avaliação como ferramenta de promoção dos projetos.

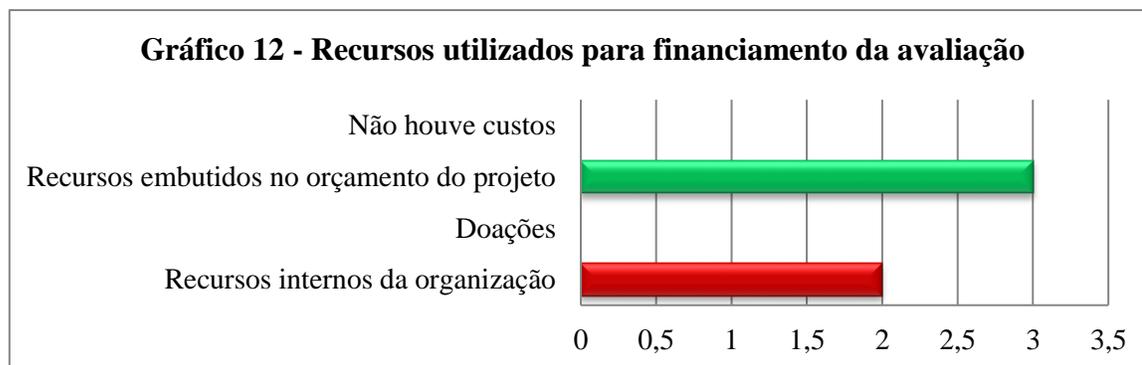
No que diz respeito a quem avalia os projetos, chegou-se a seguintes informações:



Fonte: Elaboração própria

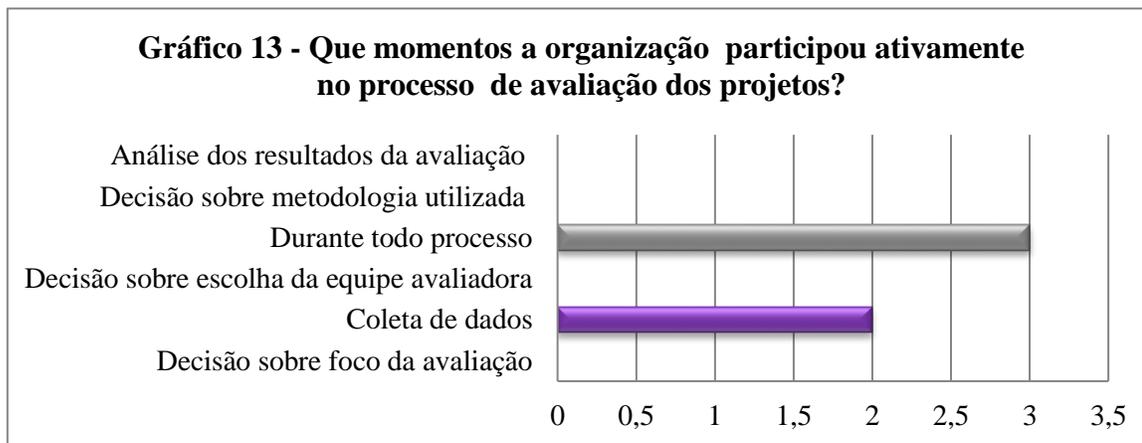
Referente aos avaliadores dos projetos das ONGs, cerca de (37%) são avaliados pela própria equipe do projeto, (25%) avaliados por equipes externas contratado pela ONG ou pelo órgão que financiou o projeto e (13%) avaliado pela equipe do órgão financiador (Gráfico 11).

De onde surge os recursos utilizados para realização da avaliação? A respeito deste questionamento obteve-se seguintes resultados:



Fonte: Elaboração própria

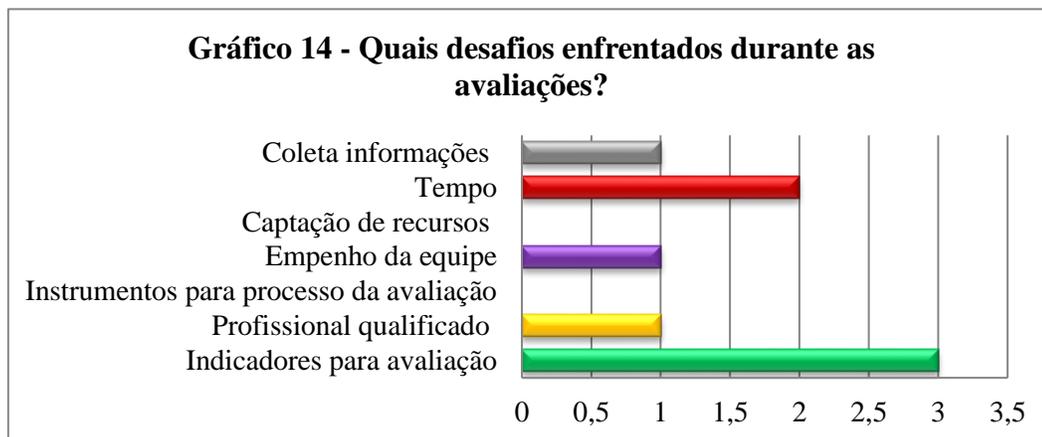
Com relação aos recursos utilizados para financiamento da avaliação dos projetos realizados encontramos seguintes respostas: recursos embutidos no orçamento do projeto obteve maior número de respostas (3) que corresponde a (60%) e recursos internos da organização com (2) respostas em percentagem (40%), conforme mostra o gráfico 12 abaixo.



Fonte: Elaboração própria

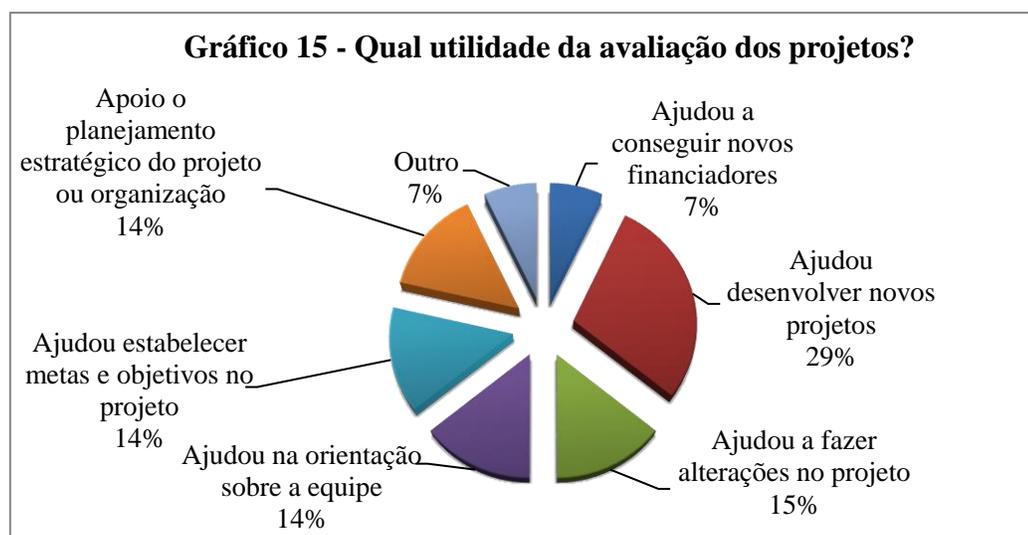
Quanto aos momentos que a organização participa ativamente no processo de avaliação, pode-se verificar no gráfico 13 que a opção “durante todo processo” reuniu maior número de respostas (3), na sequência a opção “coleta de dados” (2). Assim sendo, cerca de 60% das ONGs toma parte de todo processo de avaliação realizado e 40% apenas na etapa de coleta de dados.

Referente aos desafios durante processo de avaliação dos projetos, constatou-se o seguinte:



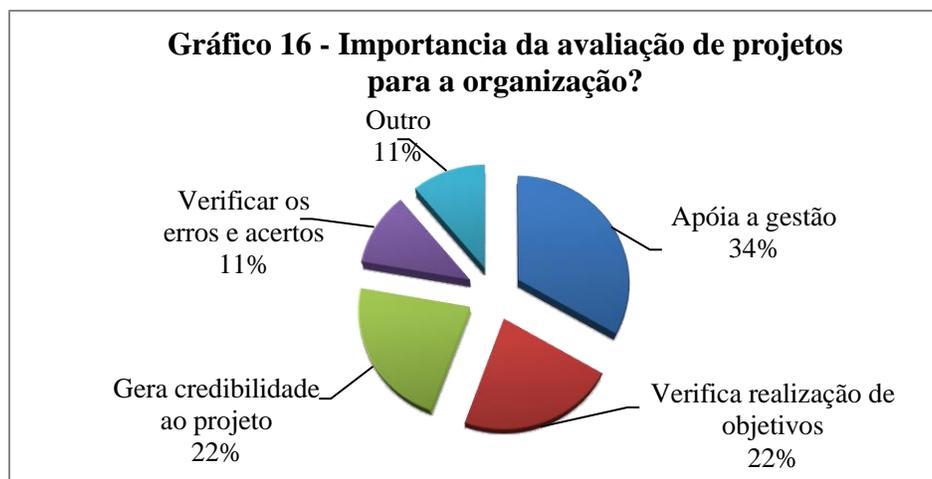
Fonte: Elaboração própria

Conforme mostra o gráfico 14, traduzindo o número de respostas em percentagem, cerca de (38%) dos pesquisados apontaram **indicadores para avaliação** como principal desafio observado nas avaliações, tempo (25%) e os restantes (12%), entre eles, empenho da equipe, coleta informações e profissional qualificado.



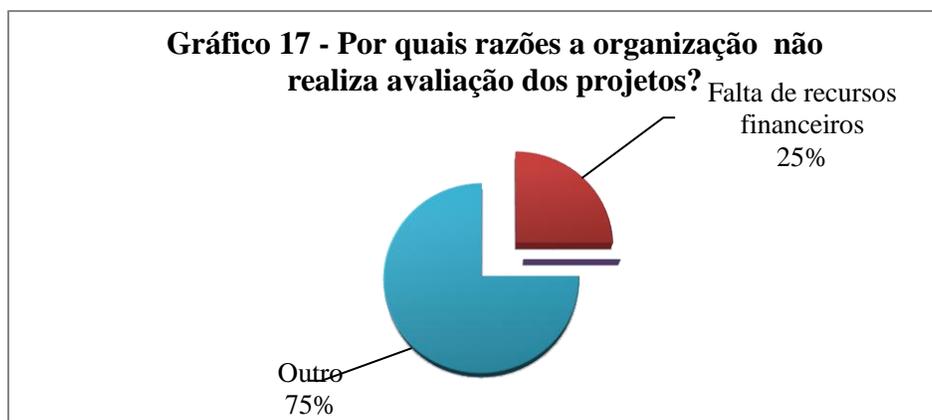
Fonte: Elaboração própria

No que concerne à utilidade da avaliação para as organizações pesquisadas verifica-se que cerca de (29%) acredita que ajudou desenvolver novos projetos, (15%) diz que ajudou a fazer alterações no projeto, (14%) apoio o planejamento estratégico do projeto, (14%) ajudou estabelecer metas e objetivos no projeto, (14%) ajudou na orientação sobre a equipe e (7%) ajudou a conseguir novos financiadores, como mostra o gráfico 15. A opção “outro” está associado a resposta como, reforçou a credibilidade da organização e melhorou a qualidade e o desempenho do pessoal da organização.



Fonte: Elaboração própria

Quanto ao olhar da organização em relação a avaliação dos projetos, na ótica das organizações analisadas, maioria (34%) apontou como um processo que apoia a gestão, (22%) acredita que gera credibilidade ao projeto e verifica realização do projeto e (11%) verifica os erros e acertos. A opção “outro” refere-se a resposta “analisar pertinência, impacto, eficiência, eficácia e sustentabilidade da intervenção”, como se verifica no Gráfico 16.



Fonte: Elaboração própria

Por fim, uma das razões pela qual algumas organizações inquiridas ocasionalmente não realizam avaliações dos projetos é a escassez de recursos financeiro para materialização do processo. Duas organizações deixaram esta questão em branco, portanto pressupõe-se que a questão não se aplica. Na opção “outro” foi mencionado pela EDEC na qual declarou: “esta pergunta não se aplica a EDEC, pois sempre organizamos as missões de avaliação aos nossos projetos/programas”, como se verifica no Gráfico 17.

4.4 Achados da pesquisa

A presente pesquisa analisou o processo de avaliação de projetos sociais e procurou compreender a visão das organizações não governamentais no que se refere à avaliação.

Aplicação da entrevista em alguns casos possibilitou aos entrevistados de falarem na primeira pessoa a propósito do contexto atual da organização, especificamente os constrangimentos que tange a recursos financeiros, humanos, ambiente sociopolítico e outros assuntos pertinentes para pesquisa. Inicialmente, a investigação partiu de uma amostra de nove (9) ONGs, no entanto apenas quatro (4) foram pesquisadas efetivamente no período de aproximadamente dois (2) meses (entre janeiro a fevereiro de 2016).

As razões por essa redução foram: a) ausência de tempo (curto espaço temporal da pesquisa), b) indisponibilidade de alguns coordenadores projetos na área da educação, contanto que a investigação foi realizado no período de recesso e c) não obtive sucesso contato com algumas ONGs.

A pesquisa realizada por meio de questionários e entrevistas sob amparado do embasamento teórico bibliográfico possibilitou o mapeamento do processo de avaliação das ONG, como constata no capítulo 4.

A seguir apresenta-se em tópicos resumo dos principais achados da pesquisa:

- a) No que concerne à avaliação, constatou-se que as ONGs consideram importante a prática da avaliação cerca de 75% possuem uma visão idêntica no que se refere a mesma, considerada como ferramenta estratégica para organização.
- b) A avaliação é avistada pelas ONGs inquiridas como um processo que apoia a gestão, verifica realização de objetivos, gera credibilidade ao projeto, verifica os erros e acertos e analisa pertinência, impacto, eficiência, eficácia e sustentabilidade da intervenção.
- c) Observa-se duas posturas das ONGs inquiridas em relação à avaliação: (a) avaliação como ferramenta estratégica: 80%; (b) avaliação como ferramenta de promoção dos projetos: 20%. Saliento que não houve nenhuma resposta atribuindo avaliação como obrigação formal e burocrática, e avaliação como desperdício de tempo e de recursos.
- d) As principais utilidades das avaliações mencionadas foram: ajudou desenvolver novos projetos, ajudou a fazer alterações no projeto, ajudou na orientação sobre a equipe, ajudou estabelecer metas e objetivos no projeto e apoiou o planejamento estratégico do projeto ou organização.

- e) Constatou-se que motivo pela qual as organizações não governamentais diagnosticadas realizam avaliação é, 25% por exigência da própria organização e 75% por exigência da organização ou órgão financiador do projeto implementado (ambos).
- f) As principais dificuldades encontradas nas avaliações realizadas foram: indicadores para avaliação (37%), tempo (25%), profissional qualificado (12%), empenho da equipe (12%) e coleta de informações (12%). É possível averiguar que a maioria das capacidades por desenvolver por parte das organizações não estatais diz respeito aos indicadores para avaliação e profissional qualificado. Sendo assim, pode-se afirmar que existe no seio das ONGs inquiridas desafio mais técnico do que gestão, contato que a construção de indicadores para avaliação trata-se de uma dificuldade técnica.
- g) Cerca de 75% das organizações não governamentais pesquisadas declaram que um dos membros da organização já fez algum tipo de formação para avaliação de projetos, entretanto cruzando os dados com a questão que se refere das principais dificuldades encontradas nas avaliações onde proximamente 37% mencionaram indicadores para avaliação, verifica-se que apesar dos membros receberem formação para avaliação ainda permanece a necessidade de profissionais com capacitados.
- h) Na pesquisa pretendeu-se ter uma percepção das dificuldades que as ONGs enfrentam durante a implementação de projetos, o principal obstáculo é resistência à mudança (43%), “Outro” (29%), profissional capacitado (14%) e insuficiência financeira (14%). Na categoria “Outro”, constituíram seguintes respostas: questões culturais, dependência da população do apoio externo e carência de revisão nas políticas educacionais. No que tange a resistência à mudança, as ONGs precisam reforçar as suas competências em matéria de sensibilização junto a população alvo com intuito de conhecer a realidade local em que estão inseridos, motivações, aspectos culturais e sociais, prioridades etc. E referente a carência de profissional capacitado, conforme mencionado anteriormente, estas podem ser regularizadas através de ações de educação e/ou formação para os membros da organização.
- i) Os resultados apontam a necessidade das ONGs desenvolverem competências técnicas, contato que uma das dificuldades referidas pela maioria das organizações foi construção de indicadores para avaliação. Entretanto, fazendo cruzamento de dados nota-se que a carência de profissional capacitado impossibilita a criação de técnicas de

- construção de indicadores e cerca (57%) das ONGs apontam áreas como monitoramento e avaliação e gestão de equipes como principais necessidades de formação.
- j) Os recursos utilizados para financiamento da avaliação são: 40% dos casos são recursos internos da organização e 60% são recursos alocados no orçamento do projeto. Por serem limitados os financiamentos fornecidos pelo órgão financiador, faz com que algumas organizações utilizem os próprios recursos obtidos através de cotas pagas pelos associados, venda de produtos e prestação de serviço para materialização do processo de avaliação, por exemplo, a ADPP.
- k) Das ONGs analisadas, apenas metade (50%) garante ter conhecimento das avaliações realizadas por outras organizações não governamentais. Literalmente, constata-se que existe um aprendizado através da análise dos outros diagnósticos e/ou relatórios finais, em vista disso recomenda-se analisar relatórios de avaliações das outras ONGs e realizar trocas de experiências entre ONGs, contato que é possível instruir-se com os erros e acertos das outras organizações, aprender a respeito da metodologia usada, etc.
- l) As ONGs foram caracterizadas quanto ao número de voluntários existentes, todos declararam possuir voluntários a cooperar nas atividades desenvolvidas pelas ONGs e que recebem apoio da organização, entre eles, (44%) alimento, (34%) transporte, (11%) bolsa e (11%) outro. Na opção “Outro” mencionou-se o alojamento.
- m) Tempo médio de duração das avaliações realizadas pelas organizações inquiridas é de 3 meses. Entretanto, distinto método adotado pela PLAN INTERNATIONAL mostra que nas suas avaliações existem sempre uma avaliação *ex ante* e posteriormente uma avaliação *post facto*, por esse motivo, estimar o tempo de duração dos projetos desenvolvidos torna-se complexo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é importante frisar que o objetivo geral da pesquisa que é **compreender como as organizações não governamentais avaliam os projetos sociais na área da Educação na Guiné-Bissau** foi alcançado com sucesso, bem como os objetivos específicos. Quanto ao primeiro objetivo específico: **demonstrar o percurso histórico das ONGs de forma geral na Guiné-Bissau**, similarmente alcançou-se o resultado apresentando o percurso histórico em formato diacrónico registrando os principais acontecimentos.

Não menos importante, o segundo objetivo específico: **conhecer as ONGs da Guiné-Bissau escolhidas no presente estudo**, foi executado com êxito na medida que foram identificadas e analisadas as organizações não governamentais que participaram no presente diagnóstico.

Em relação ao terceiro objetivo específico: **analisar como as ONGs pesquisadas realizam avaliações de projetos sociais**, também obteve sucesso ao apresentar os métodos utilizados para avaliação de projeto.

Portanto, respondendo os três objetivos específicos chega-se a resposta da pergunta de pesquisa: **qual é o processo de avaliação dos projetos sociais das organizações não governamentais guineense?**

O assunto da avaliação tem sido elemento de intensos debates no que concerne à sua definição e concepção. Com este efeito, ainda no mundo contemporâneo permanece a luta acirrada para expandir a compreensão sobre a avaliação e eliminar a visão de que as práticas avaliativas estão ligadas apenas ao controle ou uma burocracia exclusiva para prestação de contas.

Avaliação é uma ferramenta de gestão que auxilia os gestores na tomada de decisão, assim sendo, qualquer organização recolhe ganhos quando é devidamente estruturado e dotados de meios materiais e humanos capazes de criar e implementar uma metodologia de forma eficiente com engajamento de todos envolvidos no processo. Por conseguinte, para as organizações não governamentais, se considerarmos avaliação como instrumento para analisar e melhorar a qualidade das intervenções, é necessário compreendê-lo como um processo de melhoramento constante pois utiliza-se procedimentos, critérios e métodos que necessitam de revisão contínua.

Desta forma, conhecer e entender cada vez mais as práticas avaliativas de projetos sociais na Guiné-Bissau é necessário para que se possa cooperar com o fortalecimento das organizações da sociedade civil guineense, consequentemente contribuir para desenvolvimento do país com mais efetividade.

Hoje em dia, as ONGs e outras organizações que compõem a sociedade civil seguram uma função importante no que tange a cooperação para desenvolvimento de um país, entretanto Ribeiro (2013, p. 6) considera que “este seu papel fica severamente comprometido se não forem garantidas as condições favoráveis ao seu trabalho, nomeadamente as suas liberdades e os seus direitos”.

Durante a pesquisa constatou-se que as ONGs estruturadas com ênfase nas áreas sociais atendem muita demanda reprimida deixada pelo Estado, porém esse atendimento das necessidades sociais se concretiza através da cooperação firmada entre o Estado e as ONGs.

Entretanto, existem praticamente em todas as áreas desafios a serem superados, na área da avaliação de projetos sociais especificamente no que tange à competência técnica dos profissionais, paralelamente, esse déficit na contratação ou formação de profissionais para atuar como avaliadores justifica-se pela fraca autonomia financeira para investir nas necessidades de formação, contanto que, os financiamentos recebidos dos órgãos financiadores, sua utilização deve obedecer critérios pré-estabelecidos pelos mesmos, ou seja, existe sempre um pré-requisito e/ou obrigações para concessão financiamento. Esta situação permanece porque os recursos financeiros externos constituem a exclusiva fonte de financiamento, exceto para as organizações mais estruturadas que têm outras fontes de captação de recursos.

Souza (2001, p. 103) relata

As organizações da sociedade civil, por sua vez, têm convivido com as exigências de agências e órgãos financiadores, que vêm dando crescente importância à forma como os recursos concedidos para o desenvolvimento dos projetos é gerida, ou seja, à capacidade gerencial e administrativa da instituição em demonstrar clara e eficientemente a utilização desses recursos.

Além disso, por serem limitados os recursos financeiros externos, várias ONGs entram num determinado eixo de intervenção onde possuem pouca capacidade de resposta efetiva apenas para conseguir o financiamento, no entanto na maioria das vezes essa postura impossibilita uma intervenção efetiva, segundo Handem (2008, p. 28) “o perigo desta forma de actuar é que a mesma pode levar à dispersão de acções, ao desperdício de esforços, e muitas vezes à falta de cumprimento dos prazos [...] e em consequência ao descrédito das organizações”.

Ficou perceptível durante a pesquisa que boa parcela das organizações não governamentais guineenses atuam praticamente em todas áreas, raramente uma ONG dedica-se exclusivamente em uma área específica. Esta situação ocorre porque as ONGs são refém do financiamento que vêm dos organismos internacionais e existe pouco espaço para negociação de fundos para financiamento dos projetos previstos no cronograma da organização.

A despeito das avaliações dos projetos sociais, constatou-se durante a pesquisa que para uma melhor compreensão e análise da efetividade da intervenção devesse realizar avaliação *ex ante* e *post-facto*, isto vai ao encontro de Carvalho (2001, p. 64) que mostra a pertinência da avaliação em todas as fases

A avaliação de resultados e impactos deve ocorrer não só ao término dos projetos, mas também depois de algum tempo. Daí falar-se em avaliação *post-facto*. Os impactos da ação social nem sempre são perceptíveis imediatamente após o término da ação, sendo às vezes necessários, para tal verificação, meses ou ano, dependendo do tipo de programa.

Outro aspecto por considerar é referente à sensibilização dirigida à população alvo que se configura como um outro impasse para as ONGs, uma vez que o principal entrave encontrado na implementação dos projetos é a resistência à mudança. Sendo assim, as organizações precisam desenvolver estratégias de comunicação eficazes capazes de acabar com certos paradigmas.

Frente ao contexto contemporâneo, a gestão compõe um outro desafio para as ONGs guineenses que se justifica pela carência de profissionais qualificados com competências adequadas para arquitetar projetos viáveis, instituir formas de coordenação eficientes, sistema de comunicação interna e externa eficazes, e implantar instrumentos de gestão eficientes. Desse modo, para adaptar-se a novas realidades, as organizações da sociedade civil precisam rever o modelo de gestão, estrutura organizacional, investir na formação dos membros etc.

Finalmente, último aspecto a considerar é a instabilidade do país, as organizações vivem ininterruptamente em uma ambiente sociopolítico conturbado não propício para consolidação das ONGs de pequeno e médio porte. Face a esses constrangimentos, a maioria das ONGs são forçadas a fecharem as portas devido às suas debilidades económicas e materiais, contanto que, os recursos financeiros provem de organismos internacionais, esses por sua vez, interrompem o fornecimento de fundos em períodos de crise.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006. 151 p.
- ARVANITIS, Yannis. Guiné-Bissau: Perspetivas Económicas em África. [S.L.]: African Economic Outlook, 2014.
- BARROS, Miguel de. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas**. [Lisboa]: U.E.-PAANE, 2014.
- BISHOP, Clare. **Guia Técnico da Gestão do Ciclo de Projecto**. Roma: FAO, 2002.
- BOULLOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 264 p.
- BRITO, Brígida Rocha. **Estudo das potencialidades e dos constrangimentos do Ecoturismo na Região de Tombali**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr e Acção Para O Desenvolvimento, 2007.
- CABRAL. Eloísa Helena de Souza. **Terceiro setor: gestão social e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CAMPOS, Maria Machado Malta. As organizações não governamentais e a educação pré-escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p.17-22, nov. 1988. Trimestral.
- CANO, Ignacio. **Introdução a Avaliação de Programas Sociais**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação de Projetos Sociais. In: ÁVILA, Célia M. de (Org.). **Gestão de Projetos Sociais**. 3. ed. São Paulo: AAPCS, 2001. p. 59-89.
- CARVALHO, Carla; BARROS, Miguel de. **Fórum: Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. [Bissau]: IMVF, 2014.
- CATANI, Denice Barbara; GALLEGO, Rita de Cassia. **Avaliação**. São Paulo: UNESP, 2009. 96 p.
- CATSAMBAS, TessieTzavaras. Avaliação: um caminho para organizações mais inteligentes. In: BRESOLIN, Antonio Bara; SOARES, Rosalina; SILVA, Rogério (Org.). **Avaliação do investimento social privado: estratégia organizacional**. São Paulo: Fundação Santillana, 2015. p. 11-32.
- CHUERI, Luciana de O. Vilanova; XAVIER, Carlos Magno da Silva. **Metodologia de Gerenciamento de Projetos no Terceiro Setor: Uma Estratégia para a Condução de Projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da Pesquisa: Conceitos e Técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009. 216 p.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2011. 148 p.

CURY, Thereza Christina Holl. Elaboração de Projetos Sociais. In: ÁVILA, Célia M. de (Org.). **Gestão de Projetos Sociais**. 3. ed. São Paulo: AAPCS, 2001. p. 37-58.

DABO, Braima; RIBEIRO, Catarina. **Guia dos Recursos Humanos das ONG da Guiné-Bissau**. [Lisboa]: ACEP e PLACON-GB, 2006.

DALMAU, Marcos Baptista Lopez; Benetti, Kelly Cristina. **Avaliação de Desempenho**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009, 176 p.

DAVIDSON, E. Jane. Tornar as avaliações estrategicamente práticas e relevantes. In: BRESOLIN, AntonioBara; SOARES, Rosalina Maria; SILVA, Rogério (Org.). **A Relevância da Avaliação para o Investimento Social Privado**. São Paulo: Fundação Santillana, 2012. p. 17-42.

DEMO, Pedro. **Introdução À Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como Escrever uma Monografia: Manual de Elaboração com exemplos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.

ÉVORA, Roselma. **Cabo verde: A abertura política e a transição para a democracia**. Praia: Spleen Edições, 2004.

FORREST, Joshua B. **Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau**. [Ohio]: Ohio University Press, 2003. Disponível em: <http://www.ohioswallow.com/extras/0821414909_intro.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2016.

FURTADO, Claudio. **Democracia em África: Possibilidade e limites**. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 20-21: 199-217, 1997/1998.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35,n. 2, p. 57-63, 1995.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HANDEM, Alfredo. **Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau:** Projecto No Na Tisi No Futuro. [Lisboa]: IMVF, 2008.

KAUCHAKJE, Samira. **Elaboração e Planejamento de Projetos Sociais.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. 220 p.

KOTHER, Maria Cecília Medeiros de Farias. **Planejamento circunstancial: economia social - Terceiro setor.** 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MAÑAS, Antonio Vico; MEDEIROS, Eptácio Ezequiel de. Terceiro Setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento - PG&C**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p.15-29, dez. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

MEPIR. **Relatório de Seguimento e Avaliação do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP II.** [Bissau]: MEPIR, 2011.

NETTO, Alvim Antônio de Oliveira. **Metodologia da Pesquisa Científico:** Guia Prático para a Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2006. 176 p.

OCDE (2011), Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau, OECD Publishing.

OLIVEIRA, A. C., HADDAN, S. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, nº 112,p. 61-83, março/ 2001.

ONGD. **Guia das ONGD - 2014.** Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014.

ONGD. **Relatório Sombra Sobre o Exame Interpares à Cooperação Portuguesa pelo CAD-OCDE 2015.** Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD, 2015. 30 p.

PEREIRA, Milton. Terceiro Setor – Contextualização: o paradoxo chamado Brasil. In: PEREIRA, Milton (Org.). **Gestão para Organizações Não Governamentais**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013. p. 23-38.

POLET, Francois. **Dinâmicas e impactos da expansão do turismo no Arquipélago dos Bijagós: Lições para a AMPCU - UROK**. [Lisboa]: IMVF e Tiniguena, 2011.

PROENÇA, Fátima. **As ONGD e a qualidade, em todos os campos e latitudes**. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD, 2013.

RAPOSO, Rebecca. Avaliação de Ações Sociais: Uma abordagem estratégica. In: ÁVILA, Célia M. de (Org.). **Gestão de Projetos Sociais**. 3. ed. São Paulo: AAPCS, 2001. p. 90-101.

RIBEIRO, Mário; MARQUES, Sofia. Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajectória e dinâmicas. **Lusotopie**, Lisboa, p.131-143, mar. 2002.

RIBEIRO, Nélia. Ambiente (des)favorável às OSC? **Plataforma portuguesa das ONGD: sociedade civil e eficácia do desenvolvimento**, Lisboa, n. 1, p.5-6, maio 2013.

ROGERS, Patricia. Definir e melhorar as estratégias organizacionais utilizando avaliações. In: BRESOLIN, AntonioBara; SOARES, Rosalina; SILVA, Rogério (Org.). **Avaliação do investimento social privado: estratégia organizacional**. São Paulo: Fundação Santillana, 2015. p. 33-52.

SAID, AbilioRachid; ABREU, Alexandre. **A economia local da área marinha protegida comunitária de Urok: Dinâmicas, Constrangimentos e Potencialidades**. [Lisboa]: IMVF e TINIGUENA, 2011.

SANGREMAN, C., SOUSA JR., F. ZEVEERINO, G., BARROS, M., (2006), **A evolução política recente na Guiné--Bissau: As eleições presidenciais de 2005, Os conflitos, O desenvolvimento, A sociedade civil**. Colecção Documentos de Trabalho, nº 70, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

SANGREMAN, Carlos. **Observando direitos na Guiné-Bissau: educação, saúde, habitação, água, energia, justiça**. [Lisboa]: ACEP, LGDH e CEsa, 2015.

SANTOS, Tânia; ALTAIR, Danilo. **Estudo Socioeconómico das Comunidades dos Sectores de Tite e Fulacunda**. Lisboa: ACEP, 2010.

SANTOS, Vanicedos; CANDELORO, Rosana J.. **Trabalhos académicos: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: AGE, 2006.

SCHWARZ, Catarina. **Sociedade Civil, Advocacia e Sensibilização Sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau: Diagnóstico de Competências das Organizações da Sociedade Civil**. [Lisboa]: ACEP, LGDH e CEsa, 2015.

SILVA, Rogério; BRANDÃO, Daniel. A potência das avaliações para definir estratégias organizacionais. In: BRESOLIN, AntonioBara; SOARES, Rosalina; SILVA, Rogério (Org.). **Avaliação do investimento social privado: estratégia organizacional**. São Paulo: Fundação Santillana, 2015. p. 53-74.

SILVA, Rogério. Para fazer avaliações relevantes. In: BRESOLIN, AntonioBara; SOARES, Rosalina Maria; SILVA, Rogério (Org.). **A Relevância da Avaliação para o Investimento Social Privado**. São Paulo: Fundação Santillana, 2012. p. 9-16.

SILVA FILHO, Tito Nicias Teixeira da et al. **Os Custos da Fragilidade na Guiné-Bissau: Instabilidade Política**. Washington: FMI, 2015.

SOUZA, Maria Rosária de. Gestão Administrativa e Financeira de Projetos Sociais. In: ÁVILA, Célia M. de (Org.). **Gestão de Projetos Sociais**. 3. ed. São Paulo: AAPCS, 2001. p. 102-138.

TANAKA, OswaldoYoshimi; MELO, Cristina. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente: Um Modo de Fazer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e Estratégias de Atuação**. São Paulo: Atlas, 2002.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 11. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

TOZZI, José Alberto. **S.O.S. da ONG: Guia de gestão para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Gente, 2015. 160 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANELLA, Liane C. H. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis, SEaD/UFSC, 2006.

ZULIANI, Giovana. Sociedade, Cultura, Comportamento e Avaliação das Pessoas: Um Infinito de Possibilidades e Paradoxos. In: ROSSIT, Rosana Ap. Salvador; STORANI, Karin (Org.). **Avaliação nos processos educacionais**. São Paulo: UNIFESP, 2010. p. 133-146.

Apêndice A: Questionário Aplicado

Anexo A: Decreto-Lei (Boletim Oficial n.º 12 de 23/03/1992)



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

BOLETIM OFICIAL

Segunda-feira, 23 de Março de 1992

Número 12

Dos assentos para publicação no "Boletim Oficial", devem ser enviados o original e o duplicado, devidamente autenticados pela entidade responsável, à Direcção-Geral da Função Pública — Repartição de Publicações, a fim de se autorizar a sua publicação.

Os pedidos de assinatura ou números avulsos do "Boletim Oficial" devem ser dirigidos à Direcção Comercial da INACEP — Imprensa Nacional —, Avenida do Brasil, apartado 287, Bissau — Guiné-Bissau.

SUMÁRIO

PARTE I

Conselho de Ministros:

Decreto nº 23/92.
Disciplina a criação e o exercício das actividades das organizações Não-Governamentais (ONG's) Nacionais da Guiné-Bissau.

Decreto nº 24/92.
Cria o Conselho Nacional do Ambiente cuja lei orgânica se publica em anexo e faz parte integrante da presente diploma.

Decreto nº 25/92.
Considera agentes de navegação as sociedades comerciais regularmente constituídas que obedecendo aos requisitos estabelecidos no presente diploma, tenham por objecto qualquer das actividades que indica.

Decreto nº 26/92.
Autoriza a Administração dos Correios da Guiné-Bissau a emitir e pôr em circulação Selos Postais sobre "TRAJES TÍPICOS", nas taxas e quantidades que indica.

PARTE II

Ministério da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho:
Direcção Geral da Função Pública:
Despachos.

Ministério dos Transportes e Comunicações:
Direcção Geral do Serviço Meteorológico Nacional:
Despachos.

PARTE NÃO OFICIAL

Ministério da Justiça — Cartório Notarial do Sector Autónomo de Bissau
— Certidões.



PARTE I

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto nº 23/92
de 23 de Março

A estratégia de desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau tem como objectivo, entre outros, a satisfação das necessidades das populações.

A satisfação dessas necessidades implica a criação de um espaço harmonioso e dinâmico capaz de permitir a mobilização e a participação efectiva de todas as forças vivas da sociedade.

No momento em que o Estado da Guiné-Bissau se assume a partilhar as funções de desenvolvimento com outros actores sociais, passando a funcionar como promotor do desenvolvimento, e não como o seu principal executor, não é somente oportuno, senão necessário e desejável, que as ONG's nacionais emergam e se consolidem no quadro de uma complementaridade à acção governativa.

As ONG's são parceiros de desenvolvimento que têm como denominador comum o trabalho directo com as populações, tendo por base uma filosofia de intervenção que suscite e encoraje o esforço de autonomia e auto-desenvolvimento das comunidades locais, sobretudo as mais carentes.

Assim:

O Governo decreta, nos termos de Artigo 74º da Constituição, o seguinte:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 1º
(Objecto)**

O presente diploma tem por objecto disciplinar a criação e o exercício das actividades das Organizações Não-Governamentais (ONG's) Nacionais da Guiné-Bissau.

**ARTIGO 2º
(Definição, Natureza e Objectivo)**

1. As Organizações Não-Governamentais, abreviadamente designadas (ONG's), são pessoas colectivas de direito privado, de livre criação, aparlidária e com fim não-lucrativo.

2. As ONG's são organizações voluntárias que têm por objectivo contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e a promoção da participação destas no desenvolvimento sócio-económico do país.

**ARTIGO 3º
(Proibição de Discriminação)**

As acções levadas a cabo pelas ONG's são na base da solidariedade e sem discriminação do tipo étnico, político, racial, religioso ou de sexo.

**ARTIGO 4º
(Domínio da Actividade)**

As ONG's realizam actividades em domínio de sua livre escolha e competência de acordo com a sua filosofia de acção e tendo em consideração as propriedades nacionais e aquelas visadas pelas comunidades locais.

**ARTIGO 5º
(Da Associação e da Cooperação)**

1. As ONG's nacionais podem associar-se e cooperar com parceiros nacionais e estrangeiros para as realizações dos seus objectivos.

2. Na execução do seu programa de actividades as ONG's nacionais podem operar em cooperação com as colectividades locais, os programas de desenvolvimento e os Ministérios directamente interessados.

**ARTIGO 6º
(Apoio e Seguimento)**

A Solidami é a instituição de apoio e seguimento da intervenção das ONG'S nacionais e estrangeiras.

**TÍTULO II
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**ARTIGO 7º
(Da Constituição)**

1. Para se constituir:

- a) A ONG remete à Solidami, para efeitos de parecer, os Estatutos, que conterão a denominação, o objectivo, os

sectores de actividade e de intervenção, a sede, a forma, a modalidade de organização e funcionamento, a especificação dos serviços a prestar, a duração, bem como a relação dos membros da Direcção.

b) Obtido o parecer favorável da Solidami, a ONG remeterá os Estatutos, a relação dos membros da direcção, o parecer favorável e a acta da Assembleia que votou a criação, ao Notário, para efeitos de realização da escritura pública.

c) Preenchidas as exigências referidas nas alíneas a) e b), deste artigo, a ONG depositará na Solidami a certidão comprovativa da constituição da organização.

2. A ONG constitui-se com o número mínimo de cinco (5) associados.

**ARTIGO 8º
(Critérios e Prazo do Parecer)**

1. Para a emissão do parecer referido na alínea a), nº 1, do Artº 7º, deverão ser adoptados critérios e mecanismos que permitam uma apreciação objectiva do dossier da constituição apresentado.

2. Este parecer deverá ser emitido no prazo de quinze (15) dias a contar da data da entrada na Solidami do dossier da constituição da ONG.

**ARTIGO 9º
(Do Envio de Documentos)**

A Solidami deve remeter uma cópia da certidão de escritura publicada ao Ministério das Finanças e ao Ministério de Plano e Cooperação Internacional.

**ARTIGO 10º
(Dos Recursos Humanos)**

As ONG's Nacionais podem contratar ou empregar, formar e gerir, segundo os seus critérios e exigências particulares, os recursos humanos de que necessitem para a realização do seu programa de actividades.

**ARTIGO 11º
(Dos Órgãos)**

Os Estatutos da ONG designarão os respectivos órgãos entre os quais haverá uma Assembleia Geral um órgão colegial de Administração e um Conselho Fiscal, tendo cada um destes órgãos um presidente.

**ARTIGO 12º
(Da Representação)**

A representação da ONG em juízo e fora dele cabe a quem os Estatutos determinarem ou, na falta de disposição estatutária, à Administração ou a quem por ela for designada.

**ARTIGO 13º
(Dos Associados da ONG)**

Podem ser associados de uma ONG todas as pessoas singulares, maiores de 18 anos, nacionais, idóneas, residentes na Guiné-Bissau e que voluntariamente declaram, perante os órgãos sociais competentes, desejar assumir a qualidade de associado.



**TÍTULO III
MEIOS FINANCEIROS**

**ARTIGO 14º
(Financiamentos)**

As ONG's Nacionais podem recorrer a todos os meios de financiamento, desde que eles não entrem em contradição com as leis em vigor no país e com a natureza da própria organização.

**ARTIGO 15º
(Fundos e sua Afectação)**

1. Constituem fundos das ONG's nacionais:

- a) As quotizações dos associados;
- b) Os donativos;
- c) Os subsídios;
- d) As subvenções;
- e) Os legados;
- f) Exposição e venda dos produtos;
- g) Os rendimentos da prestação de serviços;
- h) Os valores e bens que possuam ou adquiram a título oneroso;
- i) Outros.

2. Os fundos referidos no número anterior devem ser destinados a realização dos objectivos fixados pela ONG e ao funcionamento da própria organização.

**TÍTULO IV
PRIVILÉGIOS E GARANTIAS**

**ARTIGO 16º
(Das Isenções)**

1. O Governo da Guiné-Bissau pode, através do Ministério das Finanças, conceder às ONG's registadas na Solidam:

Isenção dos direitos aduaneiros para as viaturas, equipamentos e materiais importados no quadro dos projectos do desenvolvimento, desde que os mesmos sejam destinados unicamente aos fins mencionados no projecto, ou às necessidades do seu funcionamento.

2. Os materiais, viaturas e equipamentos adquiridos nos termos do nº 1 deste artigo, não podem ser vendidos nem doados sem que a ONG proceda antes à liquidação das taxas conforme as normas estabelecidas pelas entidades competentes.

**TÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**ARTIGO 17º
(Do Envio do Relatório Anual)**

As ONG's devem entregar anualmente à Solidam, até 31 de Março, uma cópia do relatório das actividades e do relatório financeiro, contendo a origem dos fundos, seus quantitativos, respectivas afectações, relação dos bens importados, bem como o seu plano de acções para o ano seguinte.

**ARTIGO 18º
(Associações Existentes)**

As Associações já existentes que queiram obter o estatuto de ONG nacional deverão remeter à Solidam os respectivos estatutos, a certidão de escritura pública, bem como a relação dos membros da Direcção, no prazo de trinta (30) dias a contar da data da publicação do presente Decreto.

**ARTIGO 19º
(Da Dissolução)**

As ONG's podem dissolver-se:

- a) Por decisão da Assembleia Geral;
- b) Por decisão judicial.

**ARTIGO 20º
(Destino dos Bens)**

Extinta a ONG, se existirem bens, estes têm o destino que lhes for fixado pelos Estatutos ou por deliberação dos associados, sem prejuízo do disposto em leis especiais; na falta de fixação ou de deliberação dos associados, a entidade competente, o Ministério Público, determinará que sejam atribuídos a outras pessoas colectiva, assegurando tanto quanto possível, a realização dos fins da pessoa extinta.

**ARTIGO 21º
(Da Entrada em Vigor)**

Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro de 1992, em Bissau. — O Primeiro Ministro, Eng. Carlos Correia. — O Ministro de Plano e da Cooperação Internacional, Bernardino Cardoso.

Publique-se.

O Presidente do Conselho de Estado, General *João Bernardo Vieira*.

Decreto nº 24/92
de 23 de Março

PREÂMBULO

Quando em 1972 se realizou em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, deu-se o primeiro passo na tomada de consciência da Humanidade sobre a degradação da natureza. De reconhecer é que já se percorreu um longo caminho na divulgação dos factores degradadores das riquezas naturais do nosso planeta e sendo a ecologia uma preocupação que assume cada vez mais, uma dimensão política.

A razão desta tomada de consciência não é certamente resultado do acaso. Com efeito nunca o planeta Terra esteve tão ameaçado no seu equilíbrio como agora.

Cada ano que passa, milhões de hectares de florestas são destruídos, a ritmo incalculável, milhões de espécies animais e de plantas são ameaçados de extinção, e, como consequência disso, milhões de

